



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

OS “MESTRES AMBULANTES” E A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970)

PICOS – PIAUÍ
2023

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

OS “MESTRES AMBULANTES” E A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

PICOS – PIAUÍ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725m Sousa, Francisco das Chagas de

Os “mestres ambulantes” e a educação no Piauí : histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX – PI (décadas de 1960 e 1970) [recurso eletrônico] / Francisco das Chagas de Sousa - 2023.

64 f.

1 arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHN

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos, 2023.

“Orientador : Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos”

1. Educação – zona rural. 2. História e memória. 3. Ensino alternativo.
I. Santos, Raimundo Nonato Lima dos. II. Título.

CDD 370.098 122

Emanuele Alves Araújo - CRB 3/1290



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros Coordenação
do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-PiauíFone:
(89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos quatorze (14) dias do mês de outubro de 2022, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, por meio da plataforma digital Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA** sob o título **OS “MESTRESAMBULANTES” E A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970).**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinadora 1: Prof^ª. Dra. Carla Silvino de Oliveira Examinador 2:
Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa

Deliberou pela **aprovação** do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de **10,0**.

Picos (PI), 14 de outubro de 2022.

Orientador (a):

Raimundo Nonato Lima dos Santos

Examinador (a) 1:

Carla Silvino de Oliveira

Examinador (a) 2:

Francisco Waldílio da Silva Sousa

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

OS “MESTRES AMBULANTES” E A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

Aprovado em: / / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof^a. Dra. Carla Silvino de Oliveira
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinadora Interna

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinador Interno

*Ao meu bom e amado Deus, que me deu sabedoria e fé para chegar até aqui.
À minha amada família, sempre me dando toda força e apoio necessário.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da vida e, ao longo dela, ter colocado pessoas incríveis no meu caminho, desde família até amigos. Agradeço também por ter me dado a oportunidade de entrar em uma Universidade Pública e cursar o curso que sempre sonhei, pois se não fosse toda estrutura que a Universidade Federal do Piauí me proporcionou ao longo desses anos esse sonho não seria possível.

Agradeço também a todos meus familiares, em especial aos meus pais, Pedro Francisco e Maria Luciene, por sempre me mostrarem o caminho certo e apoiarem minhas decisões. A minha noiva, Lininara Moreno, por todos os incentivos e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu desacreditava. A meus irmãos, Vicente Pedro e José Pedro, por contribuírem para a pessoa que me tornei. Agradeço também ao meu primo/irmão, Francisco Lucas, por sempre tentar mostrar que a educação é a melhor saída para uma vida digna e por ser uma pessoa que me ouve e dar os melhores conselhos.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, por todos os ensinamentos, não apenas no processo de orientação, mas em todos esses anos ao longo do curso, és um Professor que não apenas faz críticas sobre nossos erros, mas nos mostra onde devemos melhorar, sem dúvida seus ensinamentos levarei para vida. E a todos os professores do Curso de História da Gloriosa UFPI de Picos, que contribuíram para minha formação.

Aos meus amigos e colegas de curso que caminharam junto comigo ao longo desses anos, em especial a Marcos Moura, que foi uma pessoa que sempre se propôs ajudar e que com certeza virou um amigo que levarei para vida. Também a meus amigos Bruno Felix, Fabio Leite, Mariney Trindade, Luciano Carrara, Katia, Laura e a Maria Gabriela, que fizeram parte dos grupos dos seminários ao longo de toda graduação. E não poderia deixar de agradecer aos meus amigos Lucas Bezerra e Carlos Vinícius, que foram amigos para todas as horas, em especial quando precisávamos sair para jogar conversa fora e descontraír um pouco.

Enfim, agradeço a todos que de certa forma contribuíram para minha formação, sem vocês não seria possível.

RESUMO

O trabalho analisa como se dava a educação escolar na Zona Rural da cidade de Pio IX-PI, entres as décadas de 1960 e 1970, procurando compreender o processo que permitiu aos *mestres ambulantes* continuarem sendo os sujeitos responsáveis por delimitar a educação piononense, um século após a introdução dessa prática escolar no município e, no estado do Piauí. A pesquisa fundamenta-se com fontes orais, a partir de entrevistas com ex alunos da cidade de Pio IX, e documentos escolares acerca do ensino piononense. Como embasamento teórico e bibliográfico, fizemos uso das reflexões de Ecléa Bosi (2003), Sônia Freitas (2006), Alcebíades Costa Filho (2006) e Maria do Carmo Costa (2014). O estudo aponta como o ensino oficial foi se desenvolvendo no Brasil a partir de interesses políticos e se instalou, majoritariamente, nas zonas urbanas, estando restrito a uma pequena parte da população, devido sobretudo às grandes distâncias territoriais e as condições socioeconômicas da sociedade. Tal realidade, aplicada à cidade de Pio IX, evidencia um ensino oficial incapaz de chegar a população da zona rural que, por sua vez, teve de recorrer a formas alternativas de ensino, como é o caso da contratação de mestres ambulantes, incumbidos de lecionar as primeiras letras às crianças e jovens da zona rural de Pio IX.

Palavras-chave: História e Memória. Ensino Oficial. Ensino Alternativo. Mestres Ambulantes. Pio IX – Piauí.

ABSTRACT

The work analyzes how school education took place in the Rural Area of the city of Pio IX-PI, between the 1960s and 1970s, trying to understand the process that allowed the traveling masters to continue being the subjects responsible for delimiting Pioneer education, a century after the introduction of this school practice in the municipality and in the state of Piauí. The research is based on oral sources, from interviews with former students from the city of Pio IX, and school documents about Pionean teaching. As a theoretical and bibliographic basis, we used the reflections of Ecléa Bosi (2003), Sônia Freitas (2006), Alcebíades Costa Filho (2006) and Maria do Carmo Costa (2014). The study points out how official education was developed in Brazil based on political interests and was installed mainly in urban areas, being restricted to a small part of the population, mainly due to large territorial distances and the socioeconomic conditions of society. This reality, applied to the city of Pio IX, evidences an official education incapable of reaching the population of the rural area, which, in turn, had to resort to alternative forms of education, as is the case of hiring traveling teachers, in charge of teaching the first letters to children and young people from the countryside.

Keywords: History and Memory. Official Education. Alternative Teaching. Wandering Masters. Pius IX – Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Estrutura do Sistema Educacional gerado pelas reformas pombalina	19
QUADRO 2: Comparação entre os currículos das escolas elementares da corte, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e do Paraná	20
QUADRO 3: Currículo do Colégio D. Pedro II	21
QUADRO 4: Situação da educação primária em 1867	22
QUADRO 5: Estados que criaram grupos escolares	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: A EDUCAÇÃO EM SOLO PIAUIENSE	15
2.1 Primórdios da educação brasileira	15
2.2 A educação no século XX	23
2.3 Trajetos do ensino no Piauí	29
3. MEMÓRIAS DE UM ENSINO DESAFIADOR: RELATOS DA EDUCAÇÃO ALTERNATIVA NA CIDADE DE PIO IX.....	38
3.1 As escolas oficiais de Pio IX entre as décadas de 1960-1970	39
3.2 A realidade rural no município de Pio IX entre as décadas de 1960-1970	42
3.3 Os mestres ambulantes e as formas de ensino	45
3.4 O ensino alternativo: estrutura e metodologia das aulas	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS	60

1. INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é repleta de rupturas e continuidades. Abordar sobre a educação na zona rural do município piauiense de Pio IX elencará esses momentos. Dessa forma, estabeleceremos uma análise que transita entre o cenário nacional e regional, destacando aspectos educacionais que muitas vezes passam despercebidos na escrita escolar contemporânea. Entre esses aspectos, destaca-se o que chamaremos de *mestres ambulantes* e *mestres escolares*, retratando a forma pelo qual o ensino era desenvolvido no Brasil, e em especial no Piauí, tendo como enfoque a cidade de Pio IX entre as décadas de 1960-1970, e a forma como o ensino escolar era conduzido nas zonas urbana e rural.

O interesse acerca da temática surgiu em virtude de minha curiosidade, que me impulsionou a entender mais sobre minhas raízes, sobretudo acerca do processo educacional vivenciado por minha família, que morava na zona rural de Pio-IX. O curso de História me fez pensar que para compreender nosso presente precisamos entender a historicidade de nosso passado. Dessa forma, a presente pesquisa se desenvolve no intuito de analisarmos o processo pelo qual a educação piononense se constituiu, considerada ainda mais atrasada que a educação em municípios vizinhos. Portanto, acreditamos que os processos de rupturas e continuidades vivenciadas pelo trajeto escolar brasileiro imbricou na sociedade piononense um modelo escolar antigo, com métodos oitocentistas ainda aplicados à educação do século XX.

Maria do Carmo Rodrigues Costa (2014) é uma das estudiosas a abordar sobre esse processo de rupturas e continuidades da educação brasileira, com enfoque no estado do Piauí. Conforme a autora, a educação brasileira começou a ser empreendida no período colonial, sendo monopolizada pelos jesuítas. No Brasil Império a educação passa a ser vista como obrigação do Estado. Porém, somente após a Proclamação da República, é que a educação começa a ser vista como parte inerente à formação de cidadãos conscientes e votantes. Esse processo educacional é marcado por oscilações políticas, momento em que, entre os governos populares e ditatoriais, o ensino transitava entre sua obrigatoriedade e não obrigatoriedade estatal, sua importância e ineficácia social. Assim, no decorrer do século XX, a educação escolar passou a ser vista como economicamente necessária, podendo formar profissionais qualificados, mas também vivenciou um período de ditadura, que pouco acrescentou a educação, sendo que o final da década de 1980, foi uma época de “volta à democracia, da

dificuldade financeira, de uma nova Constituição Brasileira e de diferentes projetos educacionais” (COSTA, 2014, p. 11).

Tendo em vista esse cenário da educação brasileira, procuraremos analisar a forma como o ensino oficial foi inserido na história brasileira, abordando acerca de suas lacunas e fragilidades a fim de entender o processo em que o ensino alternativo passa a fazer parte da instrução brasileira e, em especial, piononense.

No primeiro período do curso de História (UFPI - Campus Picos), na disciplina de *Introdução aos Estudos Históricos*, o professor passou um texto do historiador Geovane Levi, que diz “a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais” (2014). Este pensamento se fixou em minha mente e comecei a me questionar sobre como eu poderia propor um estudo da história local a respeito de minha cidade que contribuísse para minha formação enquanto docente e para o preenchimento de lacunas históricas acerca desta urbe. Essa pesquisa sobre a educação escolar na zona rural de Pio IX é a responsável por me trazer respostas às minhas inúmeras indagações acerca da educação piononense, respostas que em nenhum outro lugar do mundo eu conseguiria compreender, senão na própria formação local desta urbe, ainda que ela seja reflexo de uma dinâmica educacional nacional. Isso porque por mais ampla que seja a pergunta, o sujeito sempre vai respondê-la com sua singularidade, sua vivência do acontecimento, delimitando uma resposta local, própria, ainda que se constitua como parte ramificada de perguntas gerais.

Para finalizar esse ponto em específico, trago a importância de um professor, uma disciplina e um livro – fruto de uma dissertação de mestrado – que me foi apresentada no segundo período do meu curso e que foram de suma importância para a escolha do meu tema. O professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, na disciplina de *História da Educação*, entre os textos trabalhados na disciplina, nos apresentou a obra do historiador Alcebíades Costa Filho, que tem como título *A escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, texto que mostra a importância do *mestre ambulante* para a educação piauiense do século XIX. De imediato, fiz a ligação entre a temática e a educação escolar desenvolvida na Zona Rural da cidade de Pio IX, seguida de algumas pesquisas, elucidando que um século depois, no século XX, pessoas na zona rural de Pio IX tinham sua educação ofertadas pelos *mestres ambulantes*.

Dessa forma, nosso trabalho analisa como alunos da zona rural de Pio IX, isto é, nos povoados que faziam parte do município nas décadas 1960 e 1970, aprenderam o ensino das primeiras letras, procurando analisar qual o tipo de ensino vivenciado, além de averiguar qual

a metodologia que os professores utilizavam no processo de aprendizagem, e como esses alunos hoje, no século XXI, lembram, através de suas memórias, de traços dessa educação. Nesse sentido, procuraremos compreender o processo que permitiu que os *mestres ambulantes* ainda continuassem sendo os sujeitos responsáveis por delimitar a educação piononense um século após a introdução dos *mestres escolares*, na zona rural de Pio IX – Piauí.

Com base no exposto, iremos tecer uma investigação de como se dava a educação escolar na Zona Rural da cidade de Pio IX, nas décadas de 1960 e 1970, buscando entender como um tipo de educação escolar, desenvolvido no século XIX – por meio de professores ambulantes que visitavam fazendas e povoados – sobrevivera no sertão piauiense, como é o caso da cidade de Pio IX, um século depois de sua substituição. Assim, nossa pesquisa visa compreender como os mestres ambulantes ministravam suas aulas; se eram ofertadas disciplinas específicas; como avaliavam os alunos, se recebiam algum tipo de remuneração por parte da prefeitura do município etc., além de investigar como os alunos encaravam essa educação. Isto é, se os alunos tinham um tempo específico para o estudo, e/ou como era essa relação alunos-educação.

Pio IX está localizado na porção centro-leste do Estado do Piauí, estando a cerca de 440 km da capital Teresina. Conforme dados do IBGE (2015) a cidade possui uma área territorial de 1.947,212 km² e uma população estimada de aproximadamente 18.095 habitantes (IBGE/2016). A cidade faz parte do semiárido piauiense, com altas temperaturas anuais e precipitações pluviométricas irregulares. O município pertence à Zona Fisiográfica do Sertão, situado na Mesorregião Sudeste do Piauí. Em seus limites estão os municípios de Aiuaba e Parambu no estado do Ceará; a noroeste com o município de Pimenteiras; Fronteiras e São Julião ao sul; leste com Campos Sales (CE); e sudoeste extremado-se com Alagoinha do Piauí e Monsenhor Hipólito. A sede do município piononense está situada na porção nordeste do território, às margens do rio condado (SOUSA, 2017).

A formulação dos objetivos elencados nesta pesquisa se baseou nos estudos de Maria do Carmo Rodrigues Costa (2014), que aborda sobre a educação no Piauí a partir da memória e história de professores leigos das localidades de *Prença* e *Juá*, do município de Picos-PI, no período de 1980 a 1996, além de descrever as principais características da história da educação brasileira.

Para o alcance dos objetivos, acima citados, fizemos uso da História Oral, realizando entrevistas com moradores de Pio-IX, que vivenciaram, como alunos, a educação escolar, na

zona rural, desta urbe, no século XX. São eles: José João de Sousa¹, Marina Marculina de Sousa² e Antônio Jesus do Nascimento³. A entrevista semiestruturada possui caráter temático, “OS “MESTRES AMBULANTES” E A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970)”, buscando apreender o modo como os entrevistados vivenciaram o processo educacional na zona rural de Pio IX através de relatos de experiência. Com isso, os principais critérios seguidos foram: 1) Ter sido morador da cidade de Pio IX, nas décadas de 1960 e 1970; 2) Ter idade igual ou superior a 62 anos, haja vista se tratar da idade mínima para ter sido morador de Pio IX entre as décadas alvo de nosso estudo; 3) Ter estudado na zona rural da cidade de Pio IX-PI, entre as décadas de 1960 e 1970.

Em nossas entrevistas optamos por fazer a transcrição dos relatos orais dos entrevistados, respeitando seu modo de falar. Portanto, todos os erros gramaticais e a pouca habilidade com a linguagem culta, são características dos entrevistados e, representam o tipo de ensino escolar que tiveram acesso, tais como veremos no segundo capítulo.

Acreditamos que as entrevistas são imprescindíveis ao exercício de se analisar a educação pionense do século XX, bem como as percepções e memórias produzidas acerca desse modelo educacional. Nesse sentido, dialogamos com alguns autores que tecem reflexões teóricas sobre história e memória e que nos ajudaram a entender essas reminiscências do passado escolar de Pio-IX.

Nesse sentido, a psicóloga Eclea Bosi (2003), nos ajudou com seu passo a passo de como realizar uma entrevista oral. Orientando-nos a darmos início através de um diálogo técnico, para que pudéssemos coletar várias informações sobre o assunto, nos possibilitando a formular as perguntas e direcionar o entrevistado quanto à discussão abordada.

Sônia Maria de Freitas (2006), por sua vez, nos levou a compreender que a técnica da entrevista é a responsável por articular as narrativas da experiência humana registrada, reconhecendo-nos tamanha a importância da História Oral. Sendo um método de pesquisa que utiliza os mais diversos materiais coletados, possuindo valor inestimado, sobretudo quando se refere a ausência ou na escassez de registros escritos, pintados, esculpidos ou fotografados.

¹ José João de Sousa, nasceu em 21 de janeiro de 1950 (72 anos), agricultor natural de Pio IX, que atualmente reside na cidade de Picos Piauí.

² Marina Marculina de Sousa, nasceu em 10 de abril de 1953 (69 anos), agricultora natural de Pio IX, que atualmente reside na cidade de Picos Piauí.

³ Antônio Jesus do Nascimento, nasceu em 16 de dezembro de 1955 (67 anos), agricultor natural e ainda residente de Pio IX.

Diante de tais considerações, optamos por dividir nosso trabalho em dois capítulos. O primeiro deles, **“A educação em solo piauiense: panorama histórico do ensino brasileiro”**, é destinado a abordar sobre o trajeto percorrido pela educação brasileira, momento em que historicizamos a educação entre o Brasil Colônia e a República. Pretendemos, com isso, compreender o contexto em que a educação foi construída no Brasil e introduzida às terras piauienses, dando ênfase às características do ensino oficial e alternativo nesse processo.

Já o segundo capítulo, intitulado **“Memórias de um ensino desafiador: relatos da educação alternativa na cidade de Pio IX”**, foi pensado no intuito de abordar a forma como os professores ambulantes são enxergados pela população piononense, bem como sua importância à sociedade, tendo em vista as histórias coletadas pela memória de ex-alunos no recorte temporal dos decênios 1960-1970.

2. O ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: A EDUCAÇÃO EM SOLO PIAUIENSE

Este capítulo foi pensado no intuito de apresentar o trajeto do ensino escolar no Brasil. Assim, procuraremos sintetizar os diferentes momentos da educação brasileira, desde o período colonial até o Brasil republicano do século XX. Pretende-se, com isso, situar o Piauí na passagem dos tempos históricos, abordando o processo de construção da educação formal, pautada nos *mestres escolares*, e a atuação dos *mestres ambulantes* frente às dificuldades e desafios que permearam a introdução desse ensino no Brasil e, sobretudo, em nosso estado. Os mestres escolares eram os profissionais educacionais do Governo, isto é, os professores responsáveis por introduzir o ensino formal nas escolas. Já os mestres ambulantes tratavam-se dos professores que atuavam no ensino alternativo, mais conhecido como escolas familiares e que teve grande atuação durante o século XIX e primeiras décadas do século XX. Dada a frágil estrutura escolar do ensino formal – que geralmente se localizava nos grandes centros urbanos e não atendia a todos os alunos, tanto pela lotação das escolas quanto pela distância delas para os alunos da zona rural, impossibilitados de frequentar essas escolas pela falta de transporte – as famílias piauiense, muitas vezes, optavam por um ensino alternativo, cenário em que professores formados deslocavam-se até essas famílias a fim de ensinar, informalmente, às crianças e jovens, realidade vivenciada tanto na zona urbana quanto rural do estado, tal como analisaremos ao longo do capítulo, por meio de aportes teóricos e da experiência relatada por nossos entrevistados supracitados neste trabalho.

2.1 Primórdios da educação brasileira

A história da educação brasileira é elitista e excludente desde sua origem até a atualidade. Esse elitismo e exclusão são características da política brasileira que, embora tenha mudado de regime ao longo do tempo, continua fincada nas relações escravistas de produção. Tal como analisa Ferreira Júnior (2010, p. 14), “a educação brasileira, até o momento, manteve-se em perfeita sintonia com o processo de desenvolvimento econômico autoritário e

concentrador de renda, historicamente, imposto à sociedade brasileira”. Dessa forma, o Brasil conhece a escola desde a colonização, mas ela foi destinada a poucos. A partir do momento que a educação passa a ser acessível às classes mais populares, na segunda metade do século XX, priva-se os conhecimentos clássicos universalmente conhecidos pela humanidade. Dessa forma, a exclusão passa a ter outra dimensão: todas as crianças passam a ter acesso a escola, mas nem todas as crianças têm acesso ao mesmo conhecimento. Ferreira Júnior (2010, p. 14) completa: “a educação escolar brasileira significou, a um só tempo, tanto exclusão das classes populares como formação intelectual das elites econômicas que secularmente governam o Brasil”.

Conforme Maria do Carmo Rodrigues Costa (2014), a inserção da educação escolar na sociedade brasileira ocorreu tardiamente, quase cinquenta anos após a introdução dos portugueses às terras brasileiras. Essa instrução movida pela metrópole portuguesa tinha por objetivo inserir uma educação catequizadora, isso porque o processo educacional no Brasil está ligado ao sistema de colonização, fazendo com que essas novas formas de ensino fossem integradas aos interesses dos diferentes indivíduos participantes do processo (COSTA FILHO, 2006).

Esse período da educação brasileira é dividido em três momentos, o primeiro refere-se à educação jesuítica, seguido das mudanças introduzidas por Marquês de Pombal em 1759, e em terceiro tem-se o ensino promovido com a chegada da Corte Portuguesa ao país, entre os anos de 1808 e 1821 (GHIRALDELLI JR., 2009).

A educação jesuítica foi introduzida pelo padre Manoel de Nobrega e mais dois outros jesuítas que vieram às terras brasileiras após a criação do Governo Geral, promovido pelo regime das Capitânicas Hereditárias (1531-1549) de D. João III. Somente mais tarde é que novos jesuítas chegam ao Brasil para empreitar a missão instrutora/evangelizadora. De acordo com Paulo Ghiraldelli Júnior (2009, p. 25) “[...] uma vez aqui, os jesuítas começaram a pensar em formar outros padres a partir da população local. Desenvolveram as escolas de ordenação e, graças a elas, alguma instrução chegou até aos filhos dos colonos brancos e aos mestiços”.

Para o padre Manoel de Nobrega, introduzir a educação no Brasil era uma ríspida missão, pautada em “repassar o ensino português, a doutrina cristã e a escolar de ler e escrever”. Após isso, os alunos podiam aprender música instrumental e canto orfeônico, haja vista a necessidade dessas habilidades para a promoção das missas. Passadas essas fases, os alunos

poderiam dedicar-se ao ensino profissional, como é o caso da agricultura, ou intelectual, com aulas de gramática ou formação na Europa (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 25).

Contudo, é importante mencionar que nesse período houve duas formas distintas de ensino. A primeira delas refere-se às casas de bê-á-bá, destinada a catequização das crianças ameríndias, em que se destacava um catecismo bilíngue – em tupi e português. Posteriormente foram criados os colégios mantidos pela Companhia de Jesus, destinada a educação dos filhos de proprietários de terras e escravos. As casas de bê-á-bá eram, inicialmente, sustentadas pela arrecadação de esmolas dos colonos. Posteriormente, uma fração do dízimo, a redizima, arrecadado pela Coroa portuguesa financiou a missão evangelizadora. Além disso, o rei de Portugal passou a ceder terras (sesmarias), escravos (‘negros da Guiné’) e gado para o consumo material dessas instituições. Com as atividades econômicas, os jesuítas passaram a financiar os colégios da Companhia de Jesus a partir da segunda metade do século XVI (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Esse período é caracterizado pelas reformas religiosas do século XVI: a reforma protestante de Martinho Lutero em 1517 e a contrarreforma da igreja católica, com o Conselho de Trento entre 1545 e 1563. No Brasil, como o rei de Portugal assumiu o catolicismo como religião oficial (Padroado), os padres jesuítas exerceram o controle educacional, estando em consonância com a educação europeia. Nesse sentido, o modelo colonizador português era baseado no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na exploração da cana de açúcar, excluindo a população escrava no processo de escolarização. As elites agrárias, por outro lado, mantinham um sistema educacional que ia das escolas de primeiras letras à cursos superiores de Direito e Medicina (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

A educação jesuítica era destinada às crianças, uma vez que a catequização aos índios adultos falhou em decorrência da cultura já enraizada nos nativos da terra, tais como: antropofagia, poligamia, nudez, guerra, nomadismo e etc.. Dessa forma, a catequização dos pequenos indígenas era mais viável, pois eles ainda não estavam totalmente ‘contaminados’ pelos elementos culturais considerados pecados pelos jesuítas. E, com isso, além de incorporarem a doutrina cristã, eles também combatiam os costumes praticados por seu povo (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Segundo Ferreira Júnior (2010), para iniciar esse processo de catequese, os jesuítas gramaticaram a língua tupi, graças aos trabalhos de Juan Azpilcueta Navarro e José de Anchieta, e compuseram um catecismo bilíngue através de perguntas e respostas. Esse método

tratava de abordar negativamente os costumes e práticas indígenas e positivamente os valores cristãos. Esse catecismo possibilitava o aprendizado das primeiras letras, em tupi e português, que se transformaram em cartilhas didáticas do processo pedagógico tanto das casas de bê-á-bá quanto dos colégios jesuíticos; além de propagar a concepção de mundo da civilização ocidental cristã.

Quanto aos princípios pedagógicos, destacavam-se os herdados pela herança medieval, como pontua Ferreira Júnior (2010, p. 26):

1. Controle disciplinar rígido das normas pedagógicas estabelecidas;
2. Repetição (leitura por meio da memorização/aprendizagem mnemônica);
3. Disputas (emulação entre os grupos de alunos da mesma turma tendo como conteúdo as obras lidas, ou seja, exercícios coletivos de fixação dos conhecimentos por meio de perguntas e respostas);
4. Composição (redação de textos tendo como referência os temas de estudo);
5. Interrogações (questões formuladas sobre as obras clássicas latinas estudadas);
6. Declamação (exposição oral dos conhecimentos aprendidos por meio da retórica);
7. Prática sistemática de exercícios espirituais.

Mesmo partindo da aprendizagem mnemônica, fazendo uso da memorização, os colégios jesuítas eram considerados os melhores do mundo na época (séculos XVI, XVII e XVIII) no processo de formação intelectual voltado para as ciências humanas.

Esses métodos pedagógicos voltados para a formação religiosa perduraram por cerca de duzentos anos, fundando colégios, até a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Este foi responsável por inserir a educação pública no Brasil, sendo sustentada pelo Estado e voltada para a cidadania, ainda que o modelo educacional tenha continuado segundo o *Ratio Studiorum*, conforme segue na contemporaneidade. Essa educação era destinada aos filhos dos grandes proprietários de terras, com exclusão dos filhos homens primogênitos, que deveriam se dedicar aos negócios da família e as filhas mulheres, que deveriam aprender as tarefas domésticas, sendo moldadas para serem boas esposas (COSTA, 2014).

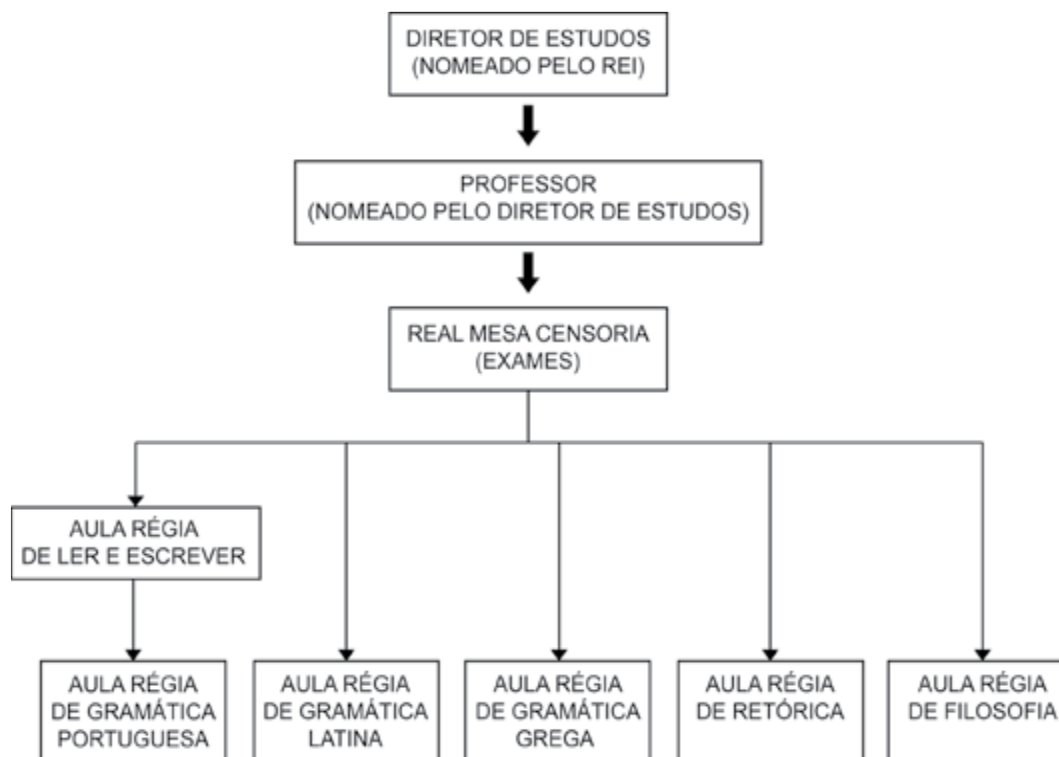
A pedagogia aplicada nesses colégios evoluiu do plano de Nóbrega para a adoção do sistema do *Ratio Studiorum*, o plano de estudos da Companhia de Jesus. [...] O objetivo dessa Ordem era o de “formação integral do homem cristão”, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido por um de teologia. A formação culminava com uma viagem de finalização de estudos na Europa. Sob os jesuítas, na prática, o que ocorreu foi que o ensino

das primeiras letras ficou sob o encargo das famílias, na sua maior parte. As famílias mais ricas optaram ou por pagar a um preceptor ou por colocar o ensino de suas crianças sob os auspícios de um parente mais letrado, de modo que os estabelecimentos dos jesuítas, quanto ao atendimento dos brancos e não muito pobres, se especializaram menos na educação infantil que na educação de jovens já basicamente instruídos. Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Não foram muitos, diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram os donos das terras e os que eram donos das almas. [...] (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 25).

Após esse período, com a expulsão dos jesuítas, muitas foram as tentativas de se implantar novos métodos de ensino, como as aulas régias – aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica e subsídios literários. Contudo, mesmo após a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil não se consegue implementar um sistema educacional escolar eficaz, haja vista que o ensino continuava fazendo parte de um plano secundário na sociedade. Assim, o Brasil contava com academias militares, escolas de direito e medicina, a biblioteca real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, mas, diferentemente da educação das colônias espanholas, o país ainda não contava com universidades (COSTA, 2014).

Assim, em seu governo (1750-1777), a educação pombalina não diferiu da educação jesuítica, com seus métodos ainda literário e verbalista, não se aplicando ao mundo do trabalho que se constituía como a força motriz da sociedade. Tal como a educação jesuítica, a reforma pombalina não contemplou as áreas das ciências naturais, fundamental para a razão burguesa, (FERREIRA JÚNIOR, 2010), como observa-se no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura do Sistema Educacional gerado pelas reformas pombalinas.



Fonte: Ferreira Júnior (2010), adaptado de Carvalho (1978).

De acordo com Maria do Carmo Rodrigues Costa (2014), é com o Brasil imperial que o ensino passa a ser visto como dever do Estado e direito dos cidadãos, tendo em vista as ideias liberais introduzidas ao período. Isso porque, como explica Laerte Ramos de Carvalho (1972), o sistema de ensino deveria estar consoante ao cenário político vivenciado, devendo preparar a população para serem cidadãos, isto é, para o voto e para vivenciar os mandatos eleitorais que se seguiriam.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...]

XXXII – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

XXXIII – Colégio e universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas-Artes e Letras (BRASIL, 2001a, p. 103).

Segundo Andrea de Carvalho Zichia (2008), essa forte característica do império brasileiro está em consonância com as ideias liberais difundidas na época, fundamentadas na concepção de que a educação se constituía como um direito, fazendo parte de um ordenamento normativo no Estado, que está em transição para a consolidação dos direitos sociais.

O liberalismo era uma ideologia burguesa e que, na Europa, tinha como objetivos a luta contra as instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, e os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, não existia uma burguesia ativa que servisse de suporte a essas ideias [...] a inserção legal do direito aparece adequada à sociedade e respectivo momento histórico, respondendo aos anseios de sua época. Nesses documentos, o liberalismo mostrou ser o ideário orientador, delineando a ação estatal quanto aos seus objetivos [...]. Neste estudo, percebeu-se que a forma de atuação do Estado é normativa e a oferta de serviços é de interesse social, o que justifica a legitimação do direito à educação. (ZICHIA, 2008, p. 12 e 14).

Dessa forma, a educação passa a ser constituída pelos níveis primário, secundário e superior de ensino. O ensino primário era destinado ao ler e escrever, tendo sido incentivado pela Corte, que aumentou o número de disciplinas. Enquanto isso, o ensino secundário continuou sendo ministrado segundo as aulas régias, aumentando apenas a divisão de suas disciplinas. Entretanto, Ghiraldelli Jr (2009) afirma que esse ensino de cunho nacional ainda era desorganizado, sobretudo devido a adoção do *método lancasteriano*, método inglês que consiste na ajuda dos alunos mais adiantados àqueles menos adiantados. Para o autor, essa estrutura de ensino apontou a fragilidade do ensino brasileiro, bem como a desorganização da educação nacional.

Quadro 2: Comparação entre os currículos das escolas elementares da corte, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e do Paraná.

CORTE (1827)	RIO DE JANEIRO (1837)	MATO GROSSO (1837)	PARANÁ (1846)
Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quadrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a Gramática da Língua Nacional, e os princípios de Moral Cristã e da doutrina da Religião Católica e Apostólica Romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do	As Escolas Públicas de Instrução Primária compreendem as três classes de ensino: 1a) Leitura e escrita; as quatro operações de Aritmética sobre números inteiros, frações ordinárias, decimais e proporções; princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado; e a Gramática da Língua Nacional. 2a) Noções gerais de Geometria teórica e prática.	A Instrução Primária consta de dois graus: no primeiro se ensina a ler, escrever, a prática das quatro operações e princípios religiosos; no segundo, a ler, escrever, Aritmética até proporções, Gramática da Língua Nacional, noções gerais dos deveres religiosos e morais.	Instrução Primária compreende a leitura, a escrita, a teoria e a prática da Aritmética até proporções, inclusive as noções mais gerais de Geometria prática, Gramática da Língua Nacional, princípios da Moral Cristã e da doutrina da Religião do Estado

Império e a História do Brasil.	3a) Elementos de Geografia.		
---------------------------------	-----------------------------	--	--

Fonte: Ferreira Júnior (2010), adaptado de Castanha (2007).

O quadro acima demonstra que as escolas de educação primária serviam segundo os interesses do Estado, reproduzindo sua ideologia oficial, com uma educação padroada, haja vista o ensinamento da moral cristã e da doutrina religiosa católica como religião oficial do Estado. Além disso, havia a distinção de sexo no âmbito educacional, com estabelecimento de educação diferenciada para meninos e meninas. Dessa forma, a Lei de 1827 estabelecia que o currículo fosse restrito aos meninos e seu Artigo 12º condensava o currículo da escola destinada às meninas: “exclusão das noções de geometria e limitando a instrução de aritmética só às suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica” (BRASIL, 2010c). Assim, as escolas femininas deveriam se organizar em consonância com os “mistérios próprios da educação doméstica” (id. *ibid.*) (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

O colégio Dom Pedro II, criado em 1827, pode ser considerado como o monumento da concepção elitista que mais marcou a história da educação brasileira. Durante o império e início da república, o colégio prevalecia como única instituição escolar que possuía as prerrogativas oficiais para conceder diplomas do ensino médio. O colégio estava cheio de jovens aristocratas, com seus destinos associados a grande política que mantinha a ordenação societária estabelecida desde 1822. Conforme o currículo da instituição, evidenciado no quadro abaixo, o colégio caracterizava-se como um curso secundário que visava formar os governantes da sociedade agrária e escravocrata, contexto em que se destacava as artes liberais e detrimento das ciências exatas e naturais (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Quadro 3: Currículo do Colégio D. Pedro II.

ANOS	DISCIPLINAS
1º ANO	Gramática Geral e Nacional, Latim, Francês, Desenho Caligráfico e Linear, Música Vocal.
2º ANO	Latim, Francês, Inglês, Geografia Descritiva, Desenho Caligráfico e Figurado, Música Vocal.
3º ANO	Latim, Francês, Inglês, Alemão, Geografia Descritiva, História Antiga, Desenho Figurado, Música Vocal.
4º ANO	Latim, Francês, Inglês, Alemão, Grego, Geografia Descritiva, História Romana, Desenho Figurado, Música Vocal.

5º ANO	Grego, Latim, Alemão, Inglês, Francês, Geografia Descritiva, História da Idade Média, Aritmética e Álgebra, Zoologia e Botânica, Desenho Figurado, Música Vocal.
6º ANO	Grego, Latim, Alemão, Inglês, Francês, Geografia Descritiva, História Moderna, Retórica e Poética, Filosofia, Geometria, Física e Química, Desenho Figurado, Música Vocal.
7º ANO	Grego, Latim, Alemão, Inglês, Francês, Geografia Descritiva e Antiga, História, Retórica e Poética, Filosofia, Geometria, Matemática e Cronologia, Mineralogia e Geologia, Zoologia Filosófica, Desenho Figurado, Música Vocal.

Fonte: Ferreira Júnior (2010), adaptado de Niskier (1987).

A partir disso, percebe-se que as escolas primárias eram destinadas para uma pequena parcela da sociedade, além de terem se instituído apenas nos centros da economia agrária exportadora. Diante dessa estrutura, a educação das elites brasileiras configurava-se através da seguinte trajetória educacional, tal como alude Ferreira Júnior (2010, p. 47): “escola primária, bacharelado secundário, realizado no Colégio D. Pedro II ou por meio dos exames parcelados, e os cursos superiores de Direito ou Medicina”.

Conforme Andrea de Carvalho Zichia (2008), o Decreto-Lei nº 1331 de 1854, que visava fiscalizar e regulamentar o ensino público e privado demonstrava o interesse do poder público de oferecer um ensino universal. Contudo, a estrutura social em que se encontrava a população brasileira dificultava essa empreitada, haja vista que a população não possuía condições e nem a intenção de frequentar a escola. Além disso, segundo Ghiraldelli Jr (2009) essa educação voltava-se mais para os jovens do que para as crianças.

Quadro 4: Situação da educação primária em 1867.

População brasileira	População em idade escolar	Matrículas nas escolas primárias
Mais de 8 milhões	Cerca de 1,2 milhão	107 mil

Fonte: Ferreira Júnior (2010), adaptado de Bittencourt (1953).

De acordo com o quadro acima, fica evidente que embora contasse com ideal de universalização do ensino, a política educacional adotada pelo Império continuou seguindo a lógica agrária e escravocrata, sendo de caráter elitista e, ‘a um só tempo’, excludente. Isso porque em 1867 apenas 1,3 da população brasileira frequentava a escola primária (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Embora tenha sido um sistema educacional fincado mais em exames que propriamente em um projeto educacional público, não se pode negar os aspectos que essa educação introduziu na sociedade brasileira, ao menos no plano das ideias. A própria república foi construída no

ideal de valorização do trabalho profissionalizante em detrimento do trabalho braçal, na instrução do povo e sua formação cidadã (COSTA, 2014).

A partir disso, o período republicano consolidou-se através do *entusiasmo educacional*, advindo do Brasil Império, e do *otimismo pedagógico*. Esse *entusiasmo* colocou a educação escolar como instrumento de participação política, enquanto o *otimismo* apontava para a emergência de inserir um ensino técnico profissionalizante, além de substituir esse modelo político na educação por um modelo pedagógico.

Quanto à atuação do Governo Federal em relação à educação na Primeira República, este teve, somente a tomada de medidas dispersas, como a Reforma Benjamim Constant, no ano de 1891 que foi dirigida ao ensino do Distrito Federal, esta reforma reorganizou os ensinos Primário, Secundário e a Escola Normal. Já no ano de 1911 as escolas passaram a ter total liberdade, a mesma permitia que a presença às aulas fosse facultativa e o ensino foi desoficializado, porém em 1915 o ensino tornou a se oficializar, sendo o Colégio Pedro II reformado e o acesso às escolas superiores foi regulamentado. (COSTA, 2014, p. 20-21).

Marcada pelo ideário liberal, a educação republicana destacou-se por estabelecer uma educação democrática, leiga, gratuita e humana, defendendo iguais oportunidades para todos os brasileiros, formando-os integralmente. Nos governos populares de Juscelino Kubistchek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) destacou-se discussões sobre a educação pública e privada, além das tentativas em formular a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB). Já durante o período militar (1964-1985), a educação pública foi comprometida, faltando-lhe uma direção, além de que muitos professores foram perseguidos por defenderem suas ideologias. Antidemocrática, a educação formulou a LDB instituindo um ensino profissionalizante, visando contribuir para o crescimento da produção (COSTA, 2014).

2.2 A educação no século XX

O século XX foi um período de grande notoriedade na história brasileira, com o advento da República – iniciada no final do século XIX – o processo de industrialização no país e a expansão das cidades, proporcionando diversas inovações técnicas e tecnológicas. Nesse cenário, os novos modos de compreender a ciência também influenciaram na educação pública brasileira, proporcionando uma série de transformações no ensino escolar e na sociedade como um todo. Com isso, “a escola se impôs como instituição-chave da sociedade democrática” (CAMBI, 1999, p. 513), copiando o modelo educacional europeu – sobretudo o modelo norte-

americano, chamado de escolanovista – como forma de buscar o desenvolvimento da nação (DARIUS & DARIUS, 2018).

O advento da República veio acompanhada da crença de que a educação seria uma espécie de redentora dos males da sociedade. Contudo, Savani (2004) relata que o projeto pedagógico que representaria um ‘sonho possível’ se manteve o mesmo dos últimos 200 anos. Dessa forma, o sistema escolar não foi capaz de superar as diferenças entre as classes sociais, nem diminuir as diferenças econômicas, haja vista que estas são características preponderantes do modo capitalista de produção.

Construir uma escola pública obrigatória, gratuita, democrática e laica era um anseio republicano desde o século XIX, tendo como sua principal função corrigir as desigualdades sociais. Entretanto, o sistema educacional não estava alicerçado. Em 1890 os grupos escolares davam os primeiros passos no estabelecimento da escola pública. Savani (2004) divide este momento em três etapas: 1) 1890-1931: período em que ocorreu a implantação gradativa das escolas primárias nos estados brasileiros e a formação dos professores pelas escolas normais; 2) 1931-1961: momento em que houve a regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias e; 3) 1961-1996: criação da primeira lei de Diretrizes e Bases (4.024/96) e da atual (9.394/96). Com isso, no século XX houve uma reestruturação escolar, ampliando a população com acesso à educação pública. Contudo, essa educação era de baixa qualidade, haja vista que essa expansão não garantiu um alto padrão de ensino, nem tampouco estabeleceu-se uma unidade no sistema escolar. Além disso, o currículo adotado seguiu o programa enciclopédico.

Os grupos escolares foram de suma importância para o ensino primário brasileiro, tendo sido determinantes para o estabelecimento das escolas de 1º grau. Criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, esses grupos logo se expandiram para os demais estados brasileiros, servindo como um modelo a ser seguido. Os grupos escolares se estabeleceram a partir de escolas isoladas, que se organizavam num único prédio e definiam o ensino através de salas seriadas e sequências sob a autoridade do professor, excluindo-se a presença de um diretor escolar. Era a primeira vez na história que as quatro séries que correspondem ao ensino primário foram reunidas numa mesma instituição de ensino. Nesse contexto, os professores, que na sua maioria eram constituídos por leigos, passaram a frequentar a formação de professores das escolas normais, criadas em 1908 a fim de atender a demanda educacional. Em 1949 essas escolas já somavam um número equivalente a 540 instituições difundidas pelos estados brasileiros (VIDAL, 2006; AMORIM 2015; FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial. Portanto, essa escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar (AMORIM, 2015, p. 211).

A partir dos grupos escolares o ensino escolar passou a funcionar num espaço próprio, deixando de ocorrer nas residências dos professores. Muitos eram os problemas de ordem pedagógica encontrados no ensino quando este era ministrado na residência dos professores, sobretudo porque a relação entre professor e família não era bem vista pelos gestores da instrução pública, haja vista que estes “consideravam “promíscua” a convivência entre os discípulos e a família do professor, reunidos na mesma casa, na maioria as vezes, de aparência das mais humildes” (PINHEIRO, 2002, p. 73). Considerava-se que assim as ordens, regras e disciplinas não seriam rigorosamente seguidas, isso porque além dos professores não terem sido formados ou orientados para seguirem e ensinarem através de regras sistêmicas, eles também não possuíam formação, remuneração e local apropriado para desempenhar seu cargo (AZEVEDO & SANTOS, 2017).

A partir da formação dos grupos escolares, o Estado passou a ser responsável pela estruturação física da educação (SOUZA & FILHO, 2006). Com frequência obrigatória, esses grupos escolares eram destinados às crianças entre 7 e 12 anos de idade. Campanhas de alfabetização foram criadas no intuito de sanar a defasagem escolar em decorrência da evasão ou repetência com base no sistema de seriação/idade. O número de alunos matriculados cresceu significativamente entre 1975-1999, porém, ainda era alto o número de analfabetos e de crianças fora da escola (VIDAL, 2006).

O alcance dos Grupos Escolares a toda população em idade escolar não foi possível devido a alguns fatores relevantes: os altos custos para criação dos prédios escolares, as dificuldades de manutenção dos mesmos e a resistência de alguns grupos da sociedade que se incomodaram com o fato das crianças ficarem muitas horas sob a autoridade da escola, afastadas do lar e do trabalho produtivo. (DARIUS & DARIUS, 2018, p. 06).

Embora tenham sido muitos os desafios de seu estabelecimento, sobretudo em decorrência dos valores e normas sociais e educativas introduzidas, os grupos escolares reordenaram o tempo e o espaço escolar, tornando o ensino primário mais complexo, ainda que tenham sofrido resistência por parte da população.

Vale ressaltar que esses grupos escolares também tinham como finalidade difundir os ideais republicanos, tais como: ordem, progresso, disciplina, moral e civismo. Também era comum haver inspeções recorrentes, a fim de verificarem se os professores estavam seguindo o cronograma de aula, além de aconselharem os professores a realizarem atividades regulamentares que eram consideradas essenciais para a formação de bons cidadãos republicanos (AZEVEDO & SANTOS, 2017).

O conteúdo escolar poderia ser dado através dos livros didáticos, que contavam ainda com exercícios escolares. Seguiu-se uma cultura escolar, que poderia ser analisada por meio de ações, costumes, materiais escolares, as rotinas e regras estabelecidas no funcionamento dos grupos escolares, na formação dos professores e no modo como os alunos seriam ensinados (AZEVEDO & SANTOS, 2017).

As normas que a escola tinha que seguir fazia com que os grupos escolares fossem não apenas um lugar de saberes e aprendizagens científicas, como também um lugar em que se criava hábitos de comportamento, caráter e disciplina, estando em conformidade com a conjuntura política da época (AZEVEDO & SANTOS, 2017). Quanto ao método de ensino-aprendizagem, esse consistia no método intuitivo, defendido pelo reformador da educação no estado de São Paulo, Caetano de Campos. Surgido na Alemanha no século XVIII e difundido na Europa durante o século XIX, o método intuitivo considerava que o ensino deveria ser estruturado em conformidade com a interação que o aluno estabelecia com objeto da aprendizagem. Contudo, o que de fato prevaleceu no ensino-aprendizagem dos grupos escolares foi a tradicional abordagem da memorização do conhecimento. Desse modo, o ensino público e laico do período republicano continuou a ser identificado pelos aspectos pedagógicos do ensino colonial e imperial, conhecido por ser elitista, mnemônico e verbalista (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

De acordo com Ferreira Júnior (2010), conforme citado por Savani 2007, nos primeiros decênios do século XX os grupos escolares estavam distribuídos entre os estados segundo o quadro abaixo:

Quadro 5: Estados que criaram grupos escolares.

Minas Gerais	Criação dos grupos escolares por meio da Lei no 439, de 28 de setembro de 1906.
Paraíba	Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo governo do estado em 1908; implantação dos grupos escolares a partir de 1916.
Rio Grande do Norte	Instalação do primeiro grupo escolar em 1908.

Espírito Santo	Criação dos grupos escolares por meio do Decreto no 166, de 5 de setembro de 1908.
Santa Catarina	Instalação do primeiro grupo escolar em 1911.
Paraná	Instalação dos primeiros grupos escolares a partir de 1903.
Maranhão	Instalação dos primeiros grupos escolares em São Luís a partir de 1903, nos outros municípios em 1905.
Sergipe	Criação do grupo escolar modelo em 1910.
Bahia	Criação do grupo escolar em 1908, cuja disseminação ocorreu depois de 1925 com a reforma implementada por Anísio Teixeira.
Mato grosso	Criação dos grupos escolares por meio do Decreto no 258, de 20 de agosto de 1910.
Piauí	Criação dos grupos escolares em 1910, mais até a década de 20 só haviam sido instaladas escolas reunidas pelo agrupamento de escolas isoladas

Fonte: Ferreira Júnior (2010), adaptado de Saviani (2007) e Pereira (2012).

Esses grupos escolares eram majoritariamente urbanos e neles continuou a prevalecer ensino elitista, sobretudo considerando que os filhos dos ex escravos e brancos pobres ficaram excluídos de escolaridade (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Em 1920 o Brasil vivenciou uma série de reformas educacionais, guiadas por um ideário político liberal caracterizado por um entusiasmo educacional. Acreditava-se que a escolaridade nas camadas mais populares levaria ao progresso nacional. Assim, essas reformas tinham como objetivo ampliar a universalização da escola pública. Entre elas, destacam-se a reforma de Sampaio Dória (São Paulo; 1920), Carneiro Leão (Distrito Federal; 1922/26), Lysimaco da Costa (Paraná; 1927/28), Francisco Campos (Minas Gerais; 1927/28) e Anísio Teixeira (Bahia; 1927) (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Em 1932 foi criado o Manifesto dos Pioneiros da Educação, redigido por intelectuais brasileiros com a intenção de revalorizar a educação pública brasileira. “O Manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública”. Por isso defende a construção de um sistema nacional de ensino (SAVIANI, 2006, p. 33)”. O material abordava o progresso científico e industrial, objetivando a formação de um sistema educacional forte, centrado no desenvolvimento econômico e social por meio da educação. A principal crítica apontada no manifesto era a ausência de um sistema escolar que sanasse as necessidades do país. Defendia-se o estabelecimento de escolas acessíveis, com métodos inovadores, e a universalização do ensino (DARIUS & DARIUS, 2018).

Pautados numa Escola Nova, buscava-se um ensino que rompesse com os postulados da escola tradicional. Com isso, defendia-se um ensino que priorizasse a infância,

“abandonando a visão da criança como um adulto em miniatura, passando a considerá-la capaz de adaptar-se a cada fase de seu desenvolvimento”. Isso porque, nessa época, entre 1920-1950, já era possível entender cientificamente a criança, as suas etapas de desenvolvimento e os seus modos de aquisição de conhecimento.” Contudo, poucas foram as contribuições escolanovistas para o ensino escolar brasileiro, que já havia cristalizado o ensino tradicional na prática docente. (DUARTE, 2014, p. 02).

Na década de 1960, por outro lado, houve a crise na pedagogia nova, momento em que se articulou a tendência tecnicista no país, graças ao regime militar e seu caráter tecnocrata que se estabelecia no Brasil. A didática nesse período, focada no método tecnicista, possuía uma estratégia objetiva, racional e neutra no processo de ensino. Durante a ditadura houve uma estagnação do sistema educacional. É somente em 1970, com a abertura gradual do regime político que críticas a educação vigente começam a vigorar no país (DUARTE, 2014).

Em 1961, o intelectual Paulo Freire proferia duras críticas ao ensino primário brasileiro, destacando que “De uma primeira aproximação que dela [escola primária] tenhamos, resulta a constatação de sua insuficiência quantitativa e de sua dolorosa inadequacidade faseológica” (FREIRE, 1961, p. 20). O autor atribuía esse desolador cenário educacional a inadequacidade da escola primária que se caracterizava pela verbosidade, exagero da memorização e sonoridade da palavra, realidade escolar que não infundia esperança, segundo Freire (1961). Para ele, esse cenário se dava, sobretudo, a não expansão quantitativa da escola pública obrigatória para todas as crianças em idade escolar e a falta de qualidade dos conhecimentos escolares.

Paralelamente a essa questão, o regime militar implementou duas reformas educacionais, referentes ao ensino superior (1968 – Lei nº 5.540 que reformou a universidade) e primeiro e segundo graus (1971 – Lei nº 5.692), tendo por objetivo aumentar a eficiência produtiva do trabalho e modernização das relações capitalistas (FERREIRA JÚNIOR, 2010). Jarbas Passarinho (1971, p. 18) pontua o caráter profissionalizante da educação primária e secundária nesse período:

Ao fim da adolescência, todos devem exigir condições de qualificação que lhes permita ingressar na força de trabalho, pretendam ou não prosseguir estudos em nível superior e tenham, ou não, capacidade ou motivação para fazê-lo.

Essa época foi marcada pela alta taxa de analfabetismo e pela marginalização dos profissionais, caracterizada pelo desemprego. Dessa forma, 27,56% da população brasileira

com mais de 15 anos não estava alfabetizada em 1971. Essa realidade se dava, em grande medida, a formação profissional inadequada e a rebaixamento salarial, que influenciava a qualidade do ensino nas escolas públicas. Assim, as crianças das classes populares, embora tivessem passado a ter acesso a escola pública, continuavam excluídas do conhecimento. A aquisição do conhecimento continuava sendo elitista, destinado aos filhos das elites econômicas e políticas que frequentavam as escolas privadas (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

A partir de 1980, com o fim da ditadura militar e o estabelecimento da nova república, há a busca pela renovação do ensino. Nesse contexto, duas correntes idealistas são introduzidas no país: a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. Conforme Libâneo (2004), essa pedagogia busca desenvolver o processo educativo no interior dos grupos sociais, trabalhando diretamente com o povo, de acordo com suas necessidades, direitos e condições reais. Já na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos a escola pública deve constituir-se através de suas funções política e social. Nessa perspectiva, o conhecimento deveria ser assegurado e difundido a toda população, para que a partir dela se configure as lutas sociais, com ampla participação do povo.

Porém, como com o fim da ditadura militar (1985) e promulgação da Constituição de 1988 o Brasil ainda continuava sem conseguir resolver a questão da escola pública de qualidade para toda a população, as políticas de redemocratização da educação estavam condicionadas às relações do Brasil com o capital financeiro internacional. Tal cenário culminou mais regularização da alfabetização da idade certa do que, propriamente, na efetiva qualidade do ensino escolar público. Com isso, as próprias avaliações governamentais constataam o “grande contingente de alunos que concluem a 8º série do ensino fundamental não possui domínio da língua vernácula tanto escrita quanto falada (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 110).

2.3 Trajetos do ensino no Piauí.

Os jesuítas foram os responsáveis por difundirem a educação no Brasil. Entretanto, pouco fizeram ao Piauí. Isso porque, de acordo com Maria do Carmo Rodrigues Costa (2014, p. 23) “não se dedicaram tanto quanto em outras regiões do Brasil, visto que se dedicaram mais a pecuária do que a educação”. Sobre isso, Andrea de Carvalho Zichia (2008) afirma que a instrução pública no Brasil se apresentava escassa em algumas regiões e inexistente em outras. Além disso, como afirma Maria Alveni Barros Vieira (2005, p. 27), “na província, viveram mais jesuítas como senhores das fazendas herdadas de Mafrense do que propriamente como educadores”. Nessa época, os que valorizavam a educação procuravam meios próprios para

melhorar a qualidade de ensino. Para tanto, recorria-se aos grupos familiares, que funcionavam como um meio alternativo de ensino, onde as aulas eram realizadas na casa dos próprios alunos (ALVES, 2012).

Esse processo educativo no Piauí é compreendido a partir de três momentos, conforme as análises de Brandão (1995), citado na obra de Alcebíades Costa Filho (2006). O primeiro destes momentos refere-se aos sessenta primeiros anos do século XVII, quando o Piauí era tido como um corredor migratório, caracterizado por uma população oscilante, sem interesse de fixação e sendo composta por militares, religiosos e civis. O segundo momento diz respeito ao período de 1660-1970, marcado pela chegada de curraleiros, além de corresponder à conquista das terras aos índios e a inserção da região no contexto colonial. O terceiro momento diz respeito aos sessenta e dois anos finais à colonização, quando procurava-se assumir a educação popular, haja vista a realidade vigente: dois terços da população não sabiam ler e nem escrever.

Tendo em vista que o ensino passa a integrar a vida dos brasileiros de forma precária, sem muitos recursos e voltado para uma minoria populacional, o ensino circunscreveu-se para além das ações oficiais escolares. Alguns grupos sociais que valorizavam a instrução passaram a procurar meios alternativos de ensino, graças a ineficiência do Estado.

Para Luiz Carlos Villalta (1997, p. 357):

A instrução na Colônia processava-se [...] em grande parte, no âmbito privado, preenchendo o vazio da escola pública e semipública inexistente ou escassa; quando se ultrapassava os domínios da informalidade, estabelecendo-se vínculos formais entre professores e aprendizes, criava-se um ambiente se não tipicamente escolar, ao menos muito próximo de se vê-lo.

Durante muito tempo o Piauí colonial não contou com a instrução pública na província, deixando o povo em total ignorância. É somente em 1815 que a junta governamental teve seus apelos ouvidos pela Coroa Portuguesa, momento em que três escolas de primeiras letras foram criadas, situadas na cidade de Oeiras e nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior (ALVES, 2012). No entanto, havia uma escassez de professores no Piauí, isso porque muitas eram as dificuldades vivenciadas pela profissão, como pontua Sousa (2009, p. 143):

Ser professor, especialmente, no Piauí, era exercer uma profissão desagradável, pois o profissional era apontado como o que, por ganhar pouco não pagava suas contas em dia, embora o respeito por parte dos alunos e pais de alunos não tivesse cessado”, então mesmo com a exigência de exames

públicos no final qualquer pessoa poderia ser considerado professor e estava habilitado a lecionar.

Com os baixos salários, o governo piauiense não conseguiu atrair mão-de-obra qualificada e não havia demanda de formação de profissionais, pois o Piauí teve sua colonização voltada apenas para as atividades econômicas, sobretudo a pecuária. Poucos eram os recursos arrecadados que eram destinados à educação. Somente com o governo de Zacarias Góis, na década de 1850, é que a educação passa a ser uma prioridade no estado provincial, embora não tenha durado muito, pois com a mudança da capital Oeiras para Teresina toda a estrutura educacional vigente também foi transferida, defasando o ensino oeirense (ALVES, 2012).

No Brasil imperial, por exemplo, essa realidade pouco se alterou, pois embora muitas escolas tenham sido criadas nas províncias, somente algumas foram providas, pois custavam muito a Nação. As escolas lancasterianas, por exemplo, não possuíam castas apropriadas e compêndios escolhidos e, com pouca expressividade, após três anos desse tipo de ensino os alunos já não se encontravam em condições de prosseguir (ZICHIA, 2008).

O sistema educacional brasileiro era deficiente, com as escolas primárias em péssimas condições e uma escola secundária restrita a elite. Às meninas era dispensado a instrução em 1º grau e o ensino das disciplinas eram destinadas as prendas do lar, no ensino secundário, e recorrendo-se a instrução particular (ALVES, 2012).

Na Zona Rural do estado do Piauí, entre as formas alternativas de ensino, era comum as escolas familiares, constituído por um ensino ministrado no espaço doméstico, por familiares letrados, capelães ou mestres contratados. Esta alternativa era destinada a pessoas de posse e interessadas no ensino, sendo uma forma de superar as lacunas de uma educação pública precária. Essas escolas, apesar de informais, estavam adequadas ao modelo oficial de ensino, “assegurando aos egressos a conclusão dos seus estudos em escolas oficiais do Brasil e, até mesmo, em Portugal” (COSTA FILHO, 2006, p.76).

Com isso, o ensino oficial possuía pouco alcance social e qualidade, com escolas distantes, localizadas nas cidades e vilas, enquanto a maior parte da população localizava-se em fazendas. Esse cenário beneficiava ainda mais a inserção de métodos alternativos de ensino.

Essas *escolas familiares* permaneceram na educação piauiense para além do período colonial. Contudo, enquanto entre os membros da elite esse ensino permitia a continuidade da instrução escolar e a formação superior, entre as camadas mais pobres da sociedade, a conclusão dos estudos, quando iniciados, ocorria apenas no nível da alfabetização.

A educação escolar era, assim, garantida apenas para a classe abastada da sociedade, e mesmo assim, em um número pequeno, pois estavam excluídos desse contexto, as mulheres e os filhos primogênitos, eles deveriam encarregar-se da direção dos negócios de seus. Sendo assim, a escola só era frequentada pelos filhos homens mais novos, que recebiam apenas, uma educação escolar simples, que os preparava para assumir a direção da família, bem como dos negócios, desse modo era reduzido o número de pessoas que adquiria escolarização. (COSTA, 2014, p. 24).

Outra forma alternativa de ensino refere-se à contratação de *mestres ambulantes*, professores contratados pelos grandes fazendeiros, para que pudessem alfabetizar seus filhos nas próprias fazendas. Essa forma de ensino, muitas vezes, possibilitava que agregados e filhos de escravos também aprendessem a ler e escrever, haja vista a observância das aulas.

[...] quando os filhos do fazendeiro estavam em idade de serem alfabetizados, o pai contratava um professor, um mestre ambulante, que ministrava aulas na própria fazenda. Assim, muitos filhos de agregados e, casualmente, algum filho de escravo, aprendia a ler, escrever e contar. (COSTA FILHO 2006, p.71).

Muitos eram os fatores que favoreciam esse cenário degradante no ensino escolar piauiense. Além da precária estrutura do ensino oficial, havia também a falta de interesse familiar com relação a educação. Isso porque a educação não costumava ser vista como algo necessário a realidade vivida, ligada às dificuldades econômicas, sobretudo considerando que muitas das vezes os pais teriam que pagar por essas aulas e/ou conciliá-las com o trabalho e estudo que essas crianças tinham que exercer.

O período em que a criança era iniciada no mundo do trabalho era o mesmo para a aprendizagem das primeiras letras. Sob este aspecto, quando os filhos do fazendeiro estavam em idade de serem alfabetizados, o pai contratava um professor, um mestre ambulante, que ministrava aulas na própria fazenda. Assim, muitos filhos de agregados e, casualmente, algum filho de escravo, aprendia a ler, escrever e contar. O momento da alfabetização colocava a criança em contato com as diferenças que permeavam as relações sociais. Após a alfabetização, os filhos do fazendeiro deixavam a fazenda e passavam a residir na casa da cidade ou vila, para dar continuidade ao ciclo de estudos. A partir desse momento, ingressavam no sistema oficial de ensino, cursavam o secundário e o ensino superior, este último fora do Piauí, pois na província não havia faculdades. (COSTA FILHO, 2006, p. 71).

Sobre esse cenário educacional, Alcebíades Costa Filho ainda afirma que essa realidade refletia muito o sistema econômico vivenciado na província, uma vez que a elite urbana se

constituía como o grupo social que possuía acesso à educação oficial, isso em detrimento dos cargos públicos que deveriam ocupar. Além de que, “o ensino mais avançado era destinado quase que exclusivo a classe masculina, pois estes homens eram quem iria prover a família tanto no aspecto econômico, quanto político” (COSTA, 2014, p. 25).

Essa diferença entre a educação feminina e a educação masculina era reflexo das relações sociais vigentes na época. Com isso, é importante mencionar que se trata muito mais das práticas desenvolvidas por eles do que propriamente o atestado de um nível de inferioridade demarcado pelo gênero. Isso porque o trabalho das mulheres estava ligado às tarefas domésticas, no papel de mãe e esposa. Nesse contexto patriarcal, a alfabetização das mulheres era delimitada no ensino “noções de gramática, leitura, escrita, leitura da doutrina cristã, bem como o trabalho com agulhas, como bordado e crochê” (COSTA, 2014, p. 25).

Sobre essa estrutura, Costa Filho estabelece que:

[...], os homens dispunham de período mais longo para aprimorar sua educação. Eles podiam e até deveriam ir além do ensino primário, posto que seriam os chefes de família e assumiriam sua condição de provedores. Também eram os homens que desempenhavam as funções públicas de natureza política, administrativa e econômica, para tanto necessitavam estar capacitados. Tornava-se, portanto, obrigatória à leitura da Constituição do Império, do Código Comercial, Contabilidade, História Pátria e operações mais complexas de aritmética. (COSTA FILHO, 2006, p. 98).

O período republicano, por sua vez, é marcado pela reivindicação da democratização do ensino. O governador Raimundo Arthur de Vasconcelos deixou sua mensagem a respeito da educação nesse período:

De quantos problemas subordinados à responsabilidade moral dos governos, e certamente a educação popular aquelle que exige, por sua complexidade e importância, a maior solicitude e devotamento. Della deriva a essência da vida, toda a aspiração do futuro, o culto do dever e do patriotismo, o espírito da civilização, a grandeza da nacionalidade. É também a força dos governos democráticos cuja base indestructível, pela pureza de sua soberania compreende o próprio povo, que será tanto mais digno e respeitável quanto mais perfeito for o seu desenvolvimento mental com a nítida intuição de seus deveres cívicos (PIAHUY, 1899, p. 02).

Dessa forma, a educação no Piauí republicano era voltada para o dever e o patriotismo. Contudo, com a política ainda mais acentuada, aumentou-se também a autoridade imposta pelos mestres da instrução. O castigo físico muitas vezes era utilizado como método de ensino e

muitos desses profissionais mal sabiam ler, tendo obtido seus cargos no magistério através de indicações políticas. Dessa forma, nessa época, as famílias continuavam sendo responsáveis pela escolarização de seus filhos, sob a figura do professor contratado (ALVES, 2012).

O jornal O Apóstolo foi um dos responsáveis por propagar críticas ao método mnemônico, valorizando a ciência e apontando para a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem, sendo ele o elemento da mudança. Segundo o jornal, o professor deve ser um prolongamento da família, devendo educar pela palavra e pelo exemplo.

Para o jornal:

Quando em todos os centros civilizados e em todos os recantos do mundo existirem mestres que se dediquem com afinco, visando só o interesse das letras, o aperfeiçoamento do método prático de ensino, então a ciência será o patrimônio da quase totalidade dos homens (O MAGISTÉRIO..., 1907, p. 02).

De acordo com Sousa e Filho (2013), a educação de crianças e jovens era uma preocupação para a igreja, isso porque a prosperidade do Estado e da família estava relacionada às questões educacionais. Dessa forma, a partir de 1910 a igreja passa a lutar por uma escola normal católica.

Já Abdias Neves, Matias Olímpio, Luís Correia e Anísio Brito lideravam uma vertente pedagógica que centralizava as crianças como princípio da educação. O grupo defendia a educação centrada na criança através de métodos ativos, sendo ela um “veículo integrador das gerações nas novas condições de um mundo em mudança” (SOUSA & FILHO, 2013, p. 03).

Entre 1900 e 1910 o Piauí vivenciou um período de estruturação do ensino, porém é só em 1910 que o ensino é de fato consolidado pelo Estado, momento em que preocupações em relação à educação começam a surgir e o Estado passa a responsabilizar-se pelo ensino. Dessa forma, a partir de 1915 propagou-se o entusiasmo pela educação, contexto em que a educação se apresentava como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos (CARVALHO, 2007; SILVA, 2014). Nesse momento, “buscava afirmar, em uma sociedade ainda pouco escolarizada, princípios como obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação” (LOPES, 2001, p. 23).

A educação passou a ser regulamentada pela Lei de N° 548, reforma promovida pelo governador Antônio Freire da Silva e sua implementação passou a adquirir um caráter sistêmico. De acordo com a lei, o ensino deveria ser ministrado pelo Estado promovendo aulas

gratuitas, dividindo-se em ensino primário, normal e profissionalizante. Dessa forma, o ensino primário dividiu-se em público e privado, sendo objetivo do Estado a formação de cidadãos capazes de exercer seus deveres, além de propagar os valores morais, políticos e culturais da época. Essas mudanças na concepção da educação, passando por uma renovação escolar é também conhecido como Escola Nova, que se baseava nos progressos da psicologia infantil (SILVA, 2014; FARIAS, 2013).

Ainda assim, muitos eram os problemas enfrentados pela educação piauiense, tal como enfatiza Brito (2016): a falta de preparo técnico dos professores, em sua maioria, leigos; o funcionamento irregular de muitas escolas, especialmente no interior do estado; a falta de instalações físicas, material didático e a intromissão de interesses estranhos à educação.

É dessa forma que em 1929 iniciou-se o desbravamento de professoras normalistas para a zona rural do Piauí, porém, essas professoras não se encontravam em condições de necessárias para o trabalho e nem possuíam um salário que compensassem o afastamento de suas famílias (SOUSA & FILHO, 2013).

Orientava-se que os professores utilizassem lições variadas, concisas e vividas, deixando que os alunos tivessem a iniciativa de buscar pelo conhecimento (SOUSA & FILHO, 2013). Ser professor era um “guia esclarecido e metódico, investigador da feição moral do aluno, não só indagando dos pais ou responsáveis quais as suas tendências e hábitos como também observando a criança na classe, no recreio entrada e saída e ainda em suas mútuas relações” (PIAUHY, 1932, p.2).

A partir da década de 1930, especialmente entre o período de 1933 a 1937, o governo empenhou-se seriamente na expansão da rede escolar primária, construindo novas instalações escolares em todo o estado, com prédios modernos, além de ampliar as matrículas no período, que alcançaram um crescimento de 212%, segundo estatísticas oficiais (BRITO, 1996).

Na premência da situação financeira em que nos debatemos e de que vos darei conta posteriormente, tem sido a instrução o problema que mais urgentemente procuro resolver, por considerá-lo inadiável. [...] Ao assumir o governo, as estatísticas escolares acusavam a matrícula de 5.500 alunos nas escolas primárias do Estado e dos municípios, como se vê da última mensagem do meu antecessor. (ESTADO DO PIAUÍ, 1930, p. 13)

No entanto, a população piauiense possuía um baixo grau de escolarização na época, devido sobretudo a dispersão populacional. Isso porque a vasta extensão territorial do Piauí era considerada um empecilho na implementação da escola primária, motivo pelo qual as ações

estaduais não alcançavam boa parte dos municípios, além de que esses municípios costumavam deixar todas as questões educacionais a cargo do Estado (MARTINS, 2009). Em 1934 o governo criou 50 escolas no Piauí. A escola primária expandia-se, mas era limitada quanto à sua efetiva qualidade (SILVA, 2014).

Quanto a estrutura das escolas primárias, ela seguia a seguinte ordenação: fundamental, complementar, especial e profissional. A fundamental dividia-se em escolas singulares, escolas nucleares, escolas agrupadas e grupos escolares. As escolas singulares eram instaladas em comunidades que tivessem mais de 30 crianças em idade escolar, com três anos de duração. As escolas nucleares eram instaladas em localidades com poucas pessoas, exigindo um número de 20 pessoas matriculadas e sendo de rápida alfabetização, tendo duração de apenas 1 ano. As escolas agrupadas eram estabelecidas na comunidade onde houvesse ao menos três escolas singulares funcionando, podendo estarem localizadas no mesmo prédio ou em prédios diferentes, desde que mantivessem uma distância de apenas dois quilômetros, possuindo mais de uma sala de aula. Já os grupos escolares funcionavam em regiões onde tivessem ao menos 180 crianças em idade escolar (SILVA, 2014).

Sobre a expansão dessa estrutura do ensino primário, aponta Gonçalves (1980, p. 258):

Resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, em Teresina, e as escolas agrupadas David Caldas, Dr. Sampaio e Poti Velho. O programa é, portanto, elaborado à base da cooperação municipal. Desse jeito, edificam-se e inauguram-se os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. [...] E como ainda parecesse pouco, recebo o encargo de projetar e construir o Liceu Piauiense, prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi prevista a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais três alas, e, em elevação, de outros pavimentos.

No ensino complementar havia escolas modelos, que estavam ligadas à Escola Normal, possuindo uma estrutura organizacional semelhante aos grupos escolares, mas direcionada para o ensino profissional dos alunos do 4º e 5º ano. A escola de adaptação, por sua vez, estava anexada a Escola Normal destinada obrigatoriamente aos alunos matriculados no curso Normal, possuindo duas classes iniciais, uma feminina e outra masculina. Já o ensino profissional era instituído através da escola prática da agricultura, destinada a alunos com no mínimo 14 anos, com duração de dois anos de curso prático e um internato para 10 alunos que se destacassem por suas aptidões (SILVA, 2014).

Desse modo, o ensino primário possuía cinco anos de curso, tendo o objetivo de desenvolver ofícios práticos para que os piauienses pudessem exercer profissões de cunho

imediatamente. Esse ensino estava sujeito à inspeção técnica da Diretoria Geral da Instrução (SILVA, 2014).

De acordo com a estrutura aqui debatida, concordamos com as afirmações de Otaíza de Oliveira Romanelli (2010), que estabelece os problemas da educação piauiense como uma marca de permanência, estando dentro de uma cultura de desenvolvimento, de educação e de demanda socioeducacional controlada pelos interesses do poder político e econômico. Assim, a educação piauiense, sendo reflexo das permanências do ensino tradicional brasileiro, embora existam marcas de rupturas já mencionadas, estava e continua ainda na contemporaneidade, organizada de acordo com as necessidades do crescente desenvolvimento econômico (SOUSA & FILHO, 2013).

3. MEMÓRIAS DE UM ENSINO DESAFIADOR: RELATOS DA EDUCAÇÃO ALTERNATIVA NA CIDADE DE PIO IX

Para Roger Chartier (1988), um objeto pode ser representado através de sua reconstituição na memória. Aliada a essa premissa, Joël Candau (2019) estabelece a memória como uma reconstrução contínua, cuja identidade apresenta-se como construção social, de modo que memória e identidade são indissolúvelmente ligadas. Sobre essa relação entre memória e identidade, convém ressaltar as memórias subterrâneas, definidas por Michael Pollak (1988) como ligadas à cultura das minorias, marginalizadas, sendo oposta à memória oficial.

É diante dessas perspectivas sobre o conceito de memória que nos propomos a analisar a educação na zona rural do Piauí, nas décadas de 1960 e 1970, tendo os relatos de experiências de sujeitos que vivenciaram o processo de construção e adequação do ensino oficial no Estado. Dessa forma, os requisitos necessários para os entrevistados giravam em torno de três questões básicas: a primeira destas determina que os sujeitos deviam ser moradores da cidade de Pio IX, nas décadas de 1960-1970; seguida pela necessidade dos entrevistados terem sido alunos da referida cidade na mesma época (1960-1970); além de que espera-se que os entrevistados não tenham idade inferior a 62 anos, haja vista nosso recorte temporal e a essencialidade da experiência vivida nesse trabalho de reconstituição da memória.

Samairkon Silva de Oliveira Alves (2011) elenca que o desinteresse educacional no Piauí, mencionado no capítulo anterior, só passou por mudanças a partir de 1950. Isso porque a educação escolar no Piauí vivenciou um longo e difícil processo de estruturação, ocorrendo

de forma lenta, além de oscilar entre avanços e retrocessos, conforme apontam os estudos de Amanda de Cássia Campos Reis (2010). A própria História da Educação só deixou de ser alvo de pesquisas efêmeras, consolidando-se no âmbito das pesquisas, a partir de 1970 (REIS, 2010).

Para se entender esses avanços e retrocessos da educação escolar piauiense, vale fazer um recuo temporal ao século XIX, onde o historiador Alcebíades Costa Filho explica que,

No perímetro urbano, a alternativa ao ensino oficial era representada pelas aulas avulsas do ensino primário e secundário e os colégios particulares cuja organização era controlada pelas autoridades educacionais provinciais. Por outro lado, na zona rural, os mestres ambulantes preenchiam a lacuna deixada pela falta de escolas oficiais. (COSTA FILHO, 2006, p. 134).

A partir dessa escrita de Costa Filho (2006), trazendo a diferença das formas de ensino no perímetro urbano e na zona rural, daremos ênfase às formas de ensino presente em Pio IX, destacando o ensino oficial e o ensino alternativo, e como os mestres ambulantes preenchiam as lacunas deixadas pelas escolas oficiais na zona rural piauiense no século XX. Por meio disso, apresentaremos tanto a documentação oficial acerca do ensino nesse período e os personagens da história contada – relatos acerca do ensino alternativo na zona rural de Pio IX.

3.1 As escolas oficiais em Pio IX entre as décadas de 1960-1970

Não há muitos registros sobre as escolas oficiais na cidade de Pio IX entre o período de 1960 e 1970. Entre a documentação encontrada, destacam-se os acervos escolares da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo e a Unidade Escolar Padre Ibiapina, ambas instituições de ensino público localizadas na zona urbana de Pio IX. A Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo fica localizado na Rua Josias Antão, s/n – Centro – Pio IX - PI, CEP: 64290-000; enquanto a Unidade Escolar Padre Ibiapina fica localizado na Rua Sebastiao Pereira Bezerra, n° 68, Centro – Pio IX - PI, CEP: 64290-000.

A Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo teve sua autorização para funcionar em agosto de 1961. A escola de ensino secundário foi criada pela Lei Municipal N° 27, de 22 de julho de 1960, na administração do prefeito Dr. José Odon Maia Alencar e recebeu seu nome em homenagem ao mestre escolar Francisco Suassuna de Melo, que prestou relevantes serviços à educação piononense, sua terra natal.

O primeiro diretor da escola foi a professora Maria Aurivínea Parente Cruz Alencar, acompanhada do secretário José Hailton de Alencar. Os primeiros professores e suas respectivas disciplinas foram: Graziela Maia Arrais, professora de História; Maria Dalce de

Oliveira, professora de Francês; Antônia Adenilde de Alencar, professora de Latim; Antônia Fortaleza do Nascimento, professor de Geografia; José Odon Maia de Alencar, professor de Português; Joaquim Arcoverde, professor de Matemática.

O documento biográfico de Francisco Suassuna de Melo, também disponibiliza diversas informações importantes acerca de alguns professores da escola que recebeu seu nome. A professora Antônia Adeildes de Alencar era natural de Pio IX e fez seus estudos primários, ginásio e curso Normal no Colégio Santa Teresa, no Crato – Ceará. A referida lecionou Latim por dois anos na Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo e na Unidade Escolar Padre Ibiapino, de ensino primário, entre os anos de 1960 e 1962. Após fazer o CADES – Gestão Escolar Avançada – e se formar em Ciências passou a ministrar aulas na disciplina nas referidas instituições de ensino.

Antônia Fortaleza do Nascimento Sousa também é natural de Pio IX, iniciou seus estudos em sua própria casa, por meio do ensino familiar, tendo seu avô materno como professor, o Major Eslebão Fortaleza. cursou o 2º grau no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina – Piauí, e no Colégio Santa Teresa, no Crato Ceará, neste ela também concluiu o curso de Habilitação no Magistério. A professora Antônia Fortaleza se formou em Ciências Humanas e Exatas pela Universidade Federal do Pernambuco e voltou para Pio IX para ministrar Matemática, na Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, sendo uma das fundadoras da instituição de ensino.

Maria Dalci de Oliveira, por sua vez, é natural de Teresina, tendo feito o primário no Grupo Escolar *Abdias Neves* e o secundário do Liceu Piauiense. Se formou em Matemática Administração Escolar, tendo contribuído para a fundação da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, onde lecionou Francês e Matemática.

Graziela Maia Arraias nasceu em Pio IX e estudou na Escola Normal Rural de Limoeiro, fez curso de Magistério e foi uma das primeiras professoras a passar em cargo público em 1949 e logo começou a lecionar na Unidade Escolar Padre Ibiapino, além de ter sido professora e diretora da Escola Professor Balduino Barbosa de Deus, ministrando aulas de História do Brasil. Foi mediante esse histórico que ela se tornou diretora da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo.

Iolanda Viana do Nascimento também é natural de Pio IX, tendo cursado o Magistério em Teresina, no Instituto Antonino Freire. Iniciou seu magistério em 1960, lecionando na Unidade Escolar Padre Ibiapino e na Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo. Entre as

disciplinas ministradas pela professora destacam-se: Português, Artes Industriais, Desenho e Moral e Cívica.

Quanto às matrículas da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, o Regimento Interno dessa escola aponta, no seu artigo 34, parágrafo único, que era necessário que os alunos interessados em se matricular na instituição de ensino secundário deveriam ser submetidos a exames de adaptação. Além disso, tanto os alunos – ou seus responsáveis em caso de menor idade – quanto os professores ao ingressarem no ginásio deveriam declarar por escritos estarem de acordo com todas as cláusulas do regimento interno estabelecido.

Acerca do rendimento escolar, a Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo conferia total liberdade ao professor no processo de verificação dos resultados e dedicação dos alunos nos estudos. Dessa forma, o processo avaliativo consistia numa avaliação final, e não parcial, que abarcasse todas as atividades desenvolvidas no decorrer das disciplinas, sendo escrita e objetiva, podendo ir de 0 a 10 como nota. Contudo, o professor poderia conceder um exame oral aos alunos que tivessem obtido nota final de pelo menos 4 em todas as disciplinas, haja vista que a média das notas era igual a 5.

A escola Francisco Suassuna de Melo foi estadualizada em julho de 1967, transformando-se em Ginásio por meio do Decreto Estadual nº 235, nos termos da Lei 2731 de 19 janeiro de 1966, no governo estadual de Helvídio Nunes de Barros. Segundo registros eletrônicos do Portal Notícias: informação *o dia todo* – responsável por abordar sobre a comemoração dos 61 anos da unidade de ensino – a escola é fruto da política educacional do Regime Militar de 1964, que alega ter como linhas básicas “combater o analfabetismo pela ampliação do Ensino Supletivo e da alfabetização de adultos, MOBREAL, além de dar “ao ensino médio e superior um caráter mais técnico para atender as necessidades do mercado de trabalho” (CARVALHO, 2021).

Além disso, em 1971 foi instituída a disciplina Educação Moral e Cívica de ensino obrigatório no Ginásio, em virtude da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692). Segundo a matéria de comemoração dos 61 anos da escola do Portal Notícias, “No Suassuna os alunos aprendiam o que os professores repassavam. O ensino era rígido, consistia em repassar conhecimento para a mente do aluno, em estado de passividade. Todos obedeciam às normas impostas pela escola sem questionar” (CARVALHO, 2021).

A respeito da Unidade Escolar Padre Ibiapino não encontramos documentação que descrevesse a organização escolar. Consta apenas informações de professoras que lecionaram na instituição de ensino durante o período neste trabalho analisado. O *Cadastro de Pessoal*

Docente, Técnico e Administrativo da referida instituição aponta que Maria Núbia Bezerra de Alencar Simões era professora de Polivalência. Além disso, os registros de chamada evidenciam que ela lecionava na 2ª e 3ª série do ensino primário da Unidade Escolar Padre Ibiapino.

Na biografia dos primeiros professores do Ginásio Municipal Francisco Suassuna de Melo há informações de alguns professores que lecionaram no ensino primário da Unidade Escolar Padre Ibiapino. A professora Antônia Adeildes de Alencar foi professora da instituição lecionando na 3ª série do ensino primário. Começou ministrando aulas de Latim em 1960, mas após se formar em Ciências voltou-se para esse campo de ensino. Graziela Maia Arraias lecionou na Unidade Escolar Padre Ibiapino, tendo sido uma das primeiras professoras a passar em concurso público e tendo iniciado sua carreira ainda em 1949, ministrando aulas de História do Brasil. Iolanda Viana do Nascimento também começou a ministrar aulas na Unidade Escolar Padre Ibiapino em 1960, dando aulas de Português, Desenho e Educação Moral e Cívica.

3.2 A realidade rural no município de Pio IX nas décadas de 1960-1970

Seu José João de Sousa é natural de um povoado do município de Pio IX, chamado de Siriema, que ficava perto das Coivaras e do Necretó, onde hoje fica próximo ao sítio Odilandia e da serra da Brauna. Vindo de família grande, com mais 14 irmãos, seu José João de Sousa começou cedo a trabalhar na roça, nas palavras dele: “[...] como era muito menino tinha que ajudar pra ter pelo menos o que cumer, naquele tempo as coisa era difícil a gente trabaiava pros otos pra troca por cumida, praque quem tinhas os mercadinhos botava a gente pra trabaia por arroz, óleo” (José João de Sousa, 2022).

Seu José João de Sousa conta que a situação era difícil mesmo trocando o trabalho pelos alimentos, de tal forma que ele e sua família mal comiam arroz, pois se colocava no prato mais do feijão, que era fruto do cultivo próprio e o óleo era provido do toicinho do porco. Embora fosse uma realidade sofrida, seu José João de Sousa conta que ele e a família não passavam fome, pois eles matavam animais, como galinha e porco, caçavam na mata e, além do feijão, também plantavam milho.

Em Siriema, seu José João de Sousa e sua família iam pouco à Zona Urbana da cidade de Pio IX, apenas para fazer a feira, momento em que:

[...] saia de noite de pé que era mais fri de noite, aí dormia lá na casa de padim Bastião e de madrugada nois ia pra Pio IX, tudo de pé aquele tempo num tinha negócio de carro e mota não, nego só andava de pé ou de cavalo, aí nois só ia em Pio IX quando precisava mermo. (José João de Sousa, 2022).

O entrevistado conta que mesmo assim esse era um tempo bom, que não havia tantas coisas ruins como hoje. Distante da cidade, seu José João de Sousa informa que para eles não havia escola, que as escolas só vieram a aparecer quando seus filhos já eram grandes. Ele disse que na cidade podia até existir alguma escola, mas essa não era a realidade de seu povoado. O agricultor aposentado informa que mal estudou, que o tempo que se dedicou ao ensino foi quando seu pai pagou uma professora particular: “Na cidade podia ter alguma iscolinha, mais era só pro povo de lá mesmo, nois lá do interior quase nem estudemos e o tempinho que estudemos foi papai que contratou uma professora pra da aula pra nois, papai pagando do bolso dele” (José João de Sousa, 2022).

A realidade de Marina Marculina de Sousa (2022), também moradora de Picos e natural do povoado piononense Siriema, agricultora aposentada, pouco difere. Lugar isolado, não havia muita coisa por perto, até a casa dos vizinhos era distante. Ela e sua família também só iam à cidade uma vez por mês, para fazerem a feira, indo a pé ou de animal. Juntos, eles saiam de madrugada e caminhavam quase o dia todo, porque a cidade ficava a umas quatro léguas de distância de Siriema. Para chegar até a cidade de Pio IX, Marina Marculina de Sousa e sua família passavam por Tamanduá, Coivaras e Pedra Branca. Era um trajeto longo, o dia já vinha amanhecendo quando se chegava na cidade e já era noitinha quando se voltava com a feira. O pai da entrevistada também criava de tudo, como cabra, bode, porco, galinha, o que ajudava no sustento da família, que era provido do trabalho na roça. Muitas e grandes eram as roças do seu pai.

Sobre estudo, dona Marina Marculina de Sousa menciona que naquela época não havia escolas como hoje, não tendo a “mordomia” que as crianças e jovens têm hoje, de ter fácil acesso à escola e não quererem frequentá-las. Ela conta o que havia, ainda, era o ensino alternativo, mediado por um professor trazido por seu Nestor, um ‘ricão’ da região, como lembra ela. De nome Rochinha, o professor era contratado de um a seis meses para ensinar os filhos de seu Nestor. Nesse tempo, o pai de dona Marina Marculina de Sousa conversou com seu Nestor, para que Rochinha pudesse também ensinar a entrevistada e seus irmãos. Lá era comum que os filhos dos vizinhos se juntassem a dona Marina Marculina de Sousa e seus irmãos para estudar, pois como disse ela, naquele tempo o povo era unido.

Segundo a entrevistada, eles estudaram 1 mês e 15 dias na sua casa com o professor Rochinha, com seu “papai tirando das garras dos povo do Mercador [outro povoado] porque nois tinha a maior vontade e queria estudar lá no Tamanduá porque só tinha escola lá” (Marina Marculina de Sousa, 2022). O pai de dona Marina Marculina de Sousa não deixou que ela e seus irmãos fossem estudar na localidade de Tamanduá por ser um povoado muito longe, que ficava a umas três léguas de Siriema – aproximadamente 13 quilômetros de distância de um povoado para o outro – ou seja, para as condições da época, fazer esse trajeto a pé era inviável, pois os estudantes entrevistados teriam que ir e voltar no mesmo dia, tendo ainda que acordar cedo para trabalhar no outro dia. Nessa época, pouca era a ajuda política destinada a educação, fosse ela administrativa e sem interesses ou em forma de favores:

Nois estudemos em casa mermo, aí foi só mais ou menos um mês, papai contratou o professor Rochinha lá do Ncreto pra vim insina nois em casa mermo, ele passou o mês lá em casa insinando nois e os meninos que morava lá perto de nois ajuntava uma mininera. Naquele tempo num tinha isso de prefeito pra ajudar não papai que pagava, tanto que papai fez todo inforço pra trazer o professor Rochinha pra insinar nois. (Marina Marculina de Sousa, 2022).

O estudo durou pouco mais de um mês: “Nois achava bom estudar mais num tinha tempo não meu fi, foi só o meisinho que o professor Rochinha ficou lá em casa e pronto, aí nois só trabaiava mermo” (Marina Marculina de Sousa, 2022). O tempo era curto, mas o ensino era o mesmo ofertado a seu José João de Sousa, com as mesmas metodologias tradicionalistas. Além de trabalhar e estudar, dona Maria Marculina e as demais meninas também tinham que acordar cedo para ajudar a mãe com as tarefas de casa: “[...] tinha nois as meninas acordava 5 horas da manhã pra ajudar mamãe a fazer os beiju” (Marina Marculina de Sousa, 2022).

É importante perceber a forma pela qual a divisão do trabalho era estabelecida, como fala a entrevista dona Maria Marculina. A partir dela, as mulheres, além de ajudarem na roça também tinham que acordar cedo para ajudar as mães com as tarefas domésticas. Havia aí uma divisão do trabalho pautado em práticas patriarcais, pois como é possível perceber na entrevista, a função de ajudar a mãe nas tarefas domésticas era de exclusividade das meninas.

É importante também percebermos a confiança que esses pais tinham nos professores, haja visto que muitas vezes na ausência de tempo para acompanhar o andamento dos estudos dos filhos, os pais deixavam suas crianças e jovens por total responsabilidade desses mestres ambulantes. Dessa forma, por trabalhar muito, o pai de dona Maria Marculina não tinha tempo para acompanhar seu estudo, ele apenas perguntava sobre o andamento ao professor.

Seu Antônio Jesus do Nascimento (2022), por outro lado, era do povoado de Necretó e atualmente mora na cidade de Pio IX. Agricultor, ele relata tempos difíceis em sua infância e crescimento: “naquela época de 60 e 70 os tempos era difíci pra nois, uma dificuldade as famílias grande dimais, trabaivava semana acima semana abaxo pra ter as coisa de necessidade, lembro que papai levava nois pra roça desde pequenos”. As idas à Zona Urbana da cidade também eram raras: “Papai ainda ia em Pio IX aqui acular pra resolver alguma coisa, mais nois mermo era difícil ir lá, era uma vezinha perdida”. Ele e sua família viviam da roça e de trabalhar para outras pessoas, “pra quem tinha mais condição e pagava um dia de serviço pra nois” (Antônio Jesus do Nascimento, 2022). Segundo ele, era um tempo bom, embora difícil, quando não chovia e a colheita não era boa eles passavam apertos.

Antônio Jesus do Nascimento, também estudou em casa como os demais entrevistados, haja vista que seu pai contratou sua tia para a tarefa de ensiná-lo a ler e escrever. Ele também não lembra se sua professora era formada, relatando que: “rapaz num sei se ela era formada naquela tempo, quem sabia mais um pouquinho já insinava os outros”. Até mesmo seu pai já havia lhe ensinado: “papai mermo insinou nois uns tempo também, insinando nois a contar, papai era bom de conta, aí ele que insinou as contas a nois, tia Cidinha insinou mais nois a fazer nosso nome, e aprender as letras” (Antônio Jesus do Nascimento, 2022). Sobre a formação dos professores, o historiador Costa Filho, em suas análises acerca do ensino no século XIX, explica que:

É possível que, em decorrência da falta de pessoas com formação na área, tendo em vista que durante o período provincial as tentativas de implementação de escolas normais não tiveram êxito esperado. A consequente carência de professores teria levado pessoas semi-alfabetizadas e com formação acadêmica diversa a exercerem o magistério. (COSTA FILHO, 2006, p. 104).

Essa realidade escolar atestada pelo autor no excerto acima, marcada principalmente pela falta de professores formados, perdurou no século XX, nos anos 1960/70.

Como nos demais relatos, a prioridade era trabalhar, mas o pai de seu Antônio Jesus muito se preocupava com a educação de seus filhos, que deveriam ao menos saber das primeiras letras, para ler e escrever, bem como as quatro operações básicas da matemática: adição, subtração, multiplicação e divisão.

3.3 Os mestres ambulantes e as formas de ensino

Poucas eram as escolas localizadas na zona rural de Pio IX. O entrevistado José João de Sousa mencionou em seu relato oral que em Siriema não havia, que as escolas só surgiram em seu povoado quando seus filhos já eram maiores, embora ainda crianças e jovens. Segundo ele, poderia haver alguma escola na zona urbana da cidade, mas ficava restrita a população que lá morava. Na zona rural as crianças e jovens mal estudavam e o pouco que se estudavam, quando estudavam, era através da contratação de mestres ambulantes: “Na cidade podia ter alguma iscolinha, mais era só pro povo de lá mesmo, nois lá do interior quase nem estudemos e o tempinho que estudemos foi papai que contratou uma professora pra da aula pra nois, papai pagando do bolso dele” (José João de Sousa, 2022).

Dessa forma, os professores que ensinavam na zona rural eram oriundos da zona urbana da cidade de Pio IX. No caso de seu José João de Sousa, sua professora se chamava Dasneves, mas seus irmãos mais velhos já haviam estudado com mais dois professores, que seriam o professor Antônio Jesus do Nascimento e a professora Iolanda, esta última que se tornou comadre do entrevistado. Seu José João de Sousa não sabia informar se sua professora possuía algum tipo de formação superior, pois para ele nem tinha muito “dessas coisas” nessa época. Mas ele a considerava “sabida”, além de que não ensinava somente a ele e seus irmãos, como também ensinava os filhos de outras famílias vizinhas e demais regiões próximas, como era o caso do povoado de Coivaras, onde a professora dava algumas aulas.

Seu José João de Sousa também conta que era comum as famílias se reunirem para estudar juntos: “Nois fumo até pra casa de Seu Joaquim de Chico istudar lá uns dias, num ia todo dia praque era longe e nois trabaiva aí tava cansado, mais os mininos dele vei lá pra casa também quando a professora Darneves tava insinado nois lá” (José João de Sousa, 2022). Segundo ele, a professora era “gente boa”, embora não deixasse os alunos ficarem bagunçando, de tal forma que quando estavam nas aulas realmente parecia que estavam todos em família: “tirava mungangas e tudo, mais só quando nois num tava istudando”. Contudo, se os alunos fizessem o que seu José João de Sousa chama de “arruaça”, a professora contava para seus pais, “praque ele era muito firme o que falasse tava falado aí nois tinha medo”. Desse modo, os castigos resumiam-se às palmatórias e a autoridade dos pais, uma vez que “se fosse danado a professora contava a papai, aí papai dava uma surra cunversada, aí nois tinha medo praque as pisas de papai num era brincadeira não” (José João de Sousa, 2022). O entrevistado conta que sua mãe observava tudo calada, pois a autoridade era a de seu pai e a ordem dada era que a professora castigasse, com a palmatória, quem estivesse danado ou não estivesse interessado na aula, ou contasse diretamente para ele, o pai.

O pai de seu José João de Sousa, um de nossos entrevistados, por exemplo, não era muito de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos fazendo perguntas para a professora. Confiando na professora Dasneve, ele só pedia para que seus filhos e os demais alunos não fossem muito danados para que as aulas ocorressem da melhor forma possível.

Dona Marina Marculina de Sousa conta que seu professor foi Rochinha, oriundo do povoado Ncreto para ministrar aulas para os filhos de Nestor, vizinho da entrevistada. Esse docente foi contratado para dar aula a ela e a seus irmãos mais velhos. Dasneve, que ensinou a família de seu José João de Sousa também teria dado aula para os irmãos mais novos de Dona Marina Marculina de Sousa, mas nessa época ela já era casada e seu pai já tinha até netinhos. Somente Rochinha e Dasneve ensinaram a família de dona Marina Marculina de Sousa. A entrevistada conta que naquela época o ensino era mais difícil, hoje as crianças e jovens tem acesso fácil a escola, e mesmo assim dão trabalho aos pais, mas naquela época as crianças e jovens queriam estudar e não podiam, pois tinham que ajudar suas famílias no plantio.

O pai de dona Marina Marculina de Sousa valorizava muito a educação, queria que seus filhos estudassem e aprendessem pelo menos a escrever seus nomes. Entretanto, o trabalho na roça era muito importante para a família, pois era dali que eles tiravam seu sustento: “pruque lá em casa era muita gente e papai num dava conta de trabaia pra dá decumer a daquele tanto de gente não, aí ele botava nois pra trabaia, aí nois só estudava na hora que num tava trabaiaando” (Marina Marculina de Sousa, 2022). Dessa forma, o pai de Marina Marculina de Sousa se quer tinha tempo para acompanhar o andamento das aulas, porém o professor Rochinha estava sempre lhe informando sobre como estava o desempenho desse ensino alternativo.

A entrevistada considerava o professor Rochinha como um amigo, que brincava com ela e os demais alunos, mas isso só quando não havia aula, pois na hora da aula o professor era sério e responsável: “na hora da aula era outra coisa meu fi, aí ele ficava mudado num brincava com ninguém, mais era pruquer ali ele era professor e tinha que ser duro mesmo” (Marina Marculina de Sousa, 2022).

Seu Antônio Jesus do Nascimento (2022) nos contou que em sua localidade, Ncreto, não havia nenhuma escola quando ele era pequeno. Quando maiorzinho, seu Antônio Jesus do Nascimento recorda-se de uma escola que havia no povoado de Campinas, onde ele mesmo estudou. Ainda criança, seu avô contratou a tia Cidinha, que com ajuda de seu pai, ensinou a ele e seus irmãos. O entrevistado conta que na zona urbana já havia escolas, mas na zona rural ele só sabia da escola que havia em Campinas. Esse povoado era muito longe para ele e seus

irmãos, e por isso sua família contratou uma professora de ensino alternativo, com quem estudaram pelo período de um mês.

O entrevistado, Antônio Jesus do Nascimento, relatou que Tia Cidinha, como ele chamava sua professora, morava na casa de seu avô e, em geral, brincava ele e seus irmãos. Era da personalidade da professora brincar com seu Antônio Jesus do Nascimento e irmãos, mas só quando não estavam em horário de aula.

Seu Antônio Jesus do Nascimento entende que a educação para sua família não era uma prioridade, pois embora seu pai tenha se esforçado para que ele e seus irmãos estudassem de modo a aprender pelo menos a escrever seus próprios nomes, trabalhar era o mais importante naquela época, sobretudo porque sua família possuía roças grandes. Dessa forma, seu pai não acompanhava muito o ensino de seus filhos, pois o trabalho era muito exaustivo e demandava muito tempo. Porém, o entrevistado reconhece que para o tempo e lugar onde vivia, o fato de seu pai se esforçar para contratar um professor para ensinar a ele e seus irmãos já era bastante coisa para época, sobretudo considerando que nem mesmo seu pai sabia ler e escrever, sabendo apenas contar. Ainda de acordo com seu Antônio Jesus do Nascimento, estudar não era ruim, mas ele particularmente preferia trabalhar, pois através do trabalho ele via mais chances de conhecer os lugares, “ganhar o mundo”, como diz ele.

3.4 O ensino alternativo: estrutura e metodologia das aulas

O ensino na zona rural de Pio IX ocorria, frequentemente, na parte da noite. Isso porque, em geral, as aulas nessa região eram ministradas às crianças e jovens menos favorecidas e que, por conseguinte, tinham que ajudar sua família servindo de mão-de-obra desde cedo, sobretudo na lida com a roça. Dessa forma, seu José João de Sousa (2022) menciona que as aulas duravam apenas 2 horas – das 19h às 21h – pois haviam que acordar cedo para trabalhar no dia seguinte, e o trabalho era a prioridade, tanto que, segundo o entrevistado: “eu ainda aprendi acentar meu nome, mais teve muitos lá que não apredeu nem acentar o nome”. Acentar o nome, nesse caso, significa aprender a escrever seu próprio nome.

O entrevistado conta que às vezes ele e seus irmãos estudavam durante o dia, pela manhã ou tarde, mas que isso só ocorria quando eles não iam trabalhar. Da mesma forma ocorria na casa de dona Marina Marculina de Sousa, eles não tinham isso de hora, os alunos não estando trabalhando na roça as aulas ocorriam durante o dia, sobretudo porque a presença do professor não poderia ser desperdiçada: “o Professor Rochinha passou o mês lá em casa aí tinha vez que uns estudava de manhã outros de noite, e tinha os mais pequenos que estudava toda hora (risos),

papai pagava aí nois tinha que estudar, e nois achava mior do que ir pra roça (risos)” (Marina Marculina de Sousa, 2022).

Seu José João de Sousa também fala que ele preferia quando o ensino ocorria durante o dia, sobretudo porque às vezes ele, seus irmãos e vizinhos que estudavam com ele queriam sair para dar “uma voltinha” à noite e seu pai não deixava, pois ele e os demais alunos tinham que estudar: “eu gostava de estudar só num gostava de noite (risos)” (José João de Sousa, 2022).

Seu Antônio Jesus do Nascimento fala que como ele ainda era pequeno quando estudou com sua professora, tia Cidinha, às vezes o ensino era de manhã e às vezes era à noite, haja vista que ele ainda não trabalhava na roça nesse período e podiam focar um pouco mais na educação.

Entre o período de aula, a professora Dasneves dava um intervalo para que as crianças pudessem lanche e brincar um pouco. Era como se fosse o recreio do ensino oficial. O lanche era preparado pela mãe de seu José João de Sousa e oferecido a todas as crianças presentes na aula. Isto é, os filhos e vizinhos ali presentes, pois quando o entrevistado e seus irmãos iam estudar na casa dos vizinhos eles também não levavam a merenda: “mamãe fazia as ruma de beiju praque era muito menino estudando lá mais nois, aí fazia a merenda pra tudim, praque quando nois ia estudar lá na casa de seu Joaquim de Chico nois num levava merenda também não, nois cumia lá” (José João de Sousa, 2022).

Marina Marculina de Sousa, por sua vez, conta que quando as aulas eram no período da manhã ela e suas irmãs acordavam às 5 horas da manhã para ajudar sua mãe a fazer os beijus, para elas, seus irmãos e os vizinhos que vinham estudar: “aí nois fazia beiju pra os mininos tudim, papai era barriga cheia, num fazia só pros mininos lá de casa não, os que vinha das otas casas nois fazia também, também era todo mundo cunhido aquela época” (Marina Marculina de Sousa, 2022).

Seu Antônio Jesus do Nascimento lembra que o lanche para as aulas era feito na casa de sua avó e variava entre beiju e cuscuz, pois todo dia tinha a “merendinha” para eles, isso porque, segundo ele “no interior o povo é barriga cheia, até hoje o povo é assim” (Antônio Jesus do Nascimento, 2022).

Além disso, cabia à família contratante do professor providenciar uma casa para acomodá-lo e servir de espaço para que as aulas fossem administradas. Costa Filho (2006), ao abordar sobre as escolas familiares no Piauí no século XIX, menciona que essa estrutura, ainda muito presente em Pio IX no século XX, geralmente tratava-se de uma construção feita de taipa, chão batido e cobertura de palha. Enquanto os moveis eram compostos apenas por uma mesa e

um banco de madeira sem encosto. Assim, “no meio da sala, sentado ou encostado à rede armada, o mestre tomava as lições dos alunos que ficavam em pé ou sentados em uma cadeira ao lado” (COSTA FILHO, 2006, p. 143).

Seu José João de Sousa (2022) corrobora com essa assertiva, mencionando que em sua casa havia um banquinho de madeira que servia para que ele, seus irmãos e demais vizinhos que iam assistir as aulas sentassem “arrudiando” a professora Dasneves. Segundo o entrevistado, a professora ia escrevendo na pequena lousa que carregava consigo, além de fazer perguntas aos alunos. Seu José João de Sousa (2022) até comenta que ele e os demais alunos deveriam copiar a lição de forma rápida e calada, de tal modo que os alunos que se comportavam mal e/ou não sabiam das respostas às perguntas da professora, levavam palmatórias, que se constituía como uma prática bem recorrente no ensino alternativo da zona rural de Pio IX.

Na família de seu Antônio Jesus do Nascimento, foi o avô do entrevistado quem fez os banquinhos e as mezinhas para os alunos sentarem, enquanto a professora Cidinha escrevia no quadro que ela trazia, conforme os relatos de Antônio Jesus do Nascimento (2022). O pai de seu Antônio Jesus do Nascimento até falava que no seu tempo de estudo não tinha “história de quadrinho pra professora não”, esse era um método novo para o pai do entrevistado.

Como se pode perceber com a citação de Costa Filho sobre as estruturas das escolas familiares no Piauí no século XIX, e diante das falas dos senhores José João de Sousa e Antônio Jesus do Nascimento acerca do ensino escolar em Pio IX no século XX, a estrutura das escolas eram baseadas em um banquinho, para os alunos se sentarem e acompanhar as aulas, e a mesa da professora, onde eles ficavam ao redor. É ainda importante perceber que esses móveis eram, em geral, feitos pelos próprios familiares dos alunos, tal assertiva atesta a falta de condições para custear objetos comprados, mas também a valorização pela educação advinda dessas famílias. Percebe-se com isso que “A comunidade, além de preocupar-se em criar espaços adequados para as aulas, depositavam total confiança nos mestres ambulantes” (COSTA FILHO, 2006, p.145).

Ainda de acordo com seu José João de Sousa (2022), o ensino-aprendizagem era focado no ler e escrever, de modo que a professora Dasneves ficava escrevendo no quadro e ele juntamente com os demais alunos deviam copiar o assunto por ela escrito, aí depois ela ia perguntando as letras para os alunos, de um por um, instigando a leitura por meio da soletração. Quanto ao material da professora, ela só tinha um livrinho que sempre carregava consigo, além do giz para escrever no quadro. Segundo o entrevistado, se ele e seus colegas demorassem a

escrever o que estava no quadro, a professora poderia apagar e o aluno ficava sem aquele conteúdo.

Além de escrever no quadro a professora usava a metodologia de fazer perguntas aos alunos, que tinham de responder às perguntas ou levavam a famosa “palmatória”. O que dá para se perceber com a fala de seu José João de Sousa (2022,) e demais entrevistados, como veremos a seguir, é que essa prática de castigos físicos era comum na zona rural de Pio IX. Castigos esses aplicados pelos professores a partir do consentimento dos pais desses alunos.

Seu Antônio Jesus do Nascimento (2022) também conta que o ensino era baseado no ler e aprender, haja vista que sua professora, a tia Cidinha, ficava em pé lendo o seu livro e escrevendo no quadro, para que os alunos pudessem copiar e depois serem indagados sobre o assunto estudado, a fim de diagnosticar o nível de aprendizado de cada um. Assim, o entrevistado lembra que ele e seus irmãos só aprenderam a ler e escrever com a professora tia Cidinha, isso porque o foco era realmente o ensino das primeiras letras, pois foi com seu pai que eles aprenderam a contar.

Entre os materiais utilizados pelos alunos nesse ensino, utilizava-se lápis, borracha e um “livrinho com as letrinhas pra nois aprender”, como diz seu José João de Sousa. Os professores, como era o caso da professora Dasneve e do professor Rochinha, traziam esse material para os alunos e seus pais os pagavam, mesmo com poucas condições financeiras: “avemaria se nois perdesse a borracha ou o lápis, aí tinha minino que comia a borracha do outro só de ruindade pro pai bater (risos), praque se perdesse era peia” (José João de Sousa, 2022).

Também não havia divisão da turma por seriação, estudavam todos os alunos juntos, independente de idade e grau de instrução. Nas palavras de seu José João de Sousa (2022):

Num tinha isso não nois istudava tudo junto, os mininos grande junto cum os mininos piqueno. [...] e tinha vez que os mininos piqueno sabia mais as letras do que os mininos grandes, praque também eles num ia pra roça aí nois cuma já era mais grandim já ia pra roça ajudar papai praque as coisas era difícil aí tinha que ajudar mesmo se não num cumia (risos).

Marina Marculina de Sousa conta que eles aproveitavam enquanto tinha professor, pois não sabiam quando ia ter de novo, e assim não ligavam de estudar todo mundo junto. Nesse ensino alternativo também não havia uma divisão do conteúdo por disciplinas, o foco do ensino realmente era que as crianças e jovens aprendessem as primeiras letras: “aí nois queria aprender só acentar o nome mesmo, nois ia aprendendo as letras aí depois a professora Darneves botava nois pra aprender a acentar nosso nome, eu ainda hoje acento meu nome, aprendi com a professora Darneves” (José João de Sousa, 2022). Dessa forma, todos os alunos aprendiam juntos as primeiras letras, “o bê-á-bá, b-é-bé, aí nois ia aprendendo a fazer as letras, eu lembro

que eu e cumpadi Zé fizemo 364 palavra do livrinho” (Marina Marculina de Sousa, 2022). Dessa forma, havia os alunos que aprendiam mais rápido e os alunos que demoravam mais para entenderem o conteúdo, mas estudavam todos juntos (Antônio Jesus do Nascimento, 2022).

As avaliações eram, na sua maioria, diagnósticas, orais e argumentativas, como contam seu José João e dona Marina Marculina de Sousa. Além de observar o desempenho dos alunos, era comum que a professora Dasneve fizesse perguntas sobre as letras aos alunos. Os que errassem levavam uma palmatória, a qual seu José João de Sousa e dona Marina Marculina de Sousa chamam de “bolo”, e os que acertassem tinham que escrever seus nomes, apenas concluído essa etapa os alunos passariam para o primeiro ano.

Seu José João de Sousa conta que ele e os demais alunos não sabiam de muita coisa, mas só em saber escrever seus nomes a professora já os elogiava: “nois nem sabia muita coisa, mais ela já botava nois cuma se fosse os bichão só praque já sabia acentar nosso nome” (José João de Sousa, 2022). Já dona Marina Marculina de Sousa conta que os alunos que não respondessem a argumentação feita pelo professor recebiam a palmatória dos alunos que tivessem respondido certo as perguntas feitas para eles: “eu dei muita palmada na mão dos mininos (risos), e os pais sabia, fazia era mandar, meu fi, e se o nego ficasse danado o professor Rochinha contava pro pai aí a pisa era grande, purisso nois tinha medo de fazer danoção” (Marina Marculina de Sousa, 2022).

As experiências relatadas apontam uma realidade educacional gritante, conforme observamos em nosso estudo teórico. Podemos notar que a educação piononense era uma educação baseada na informalidade, assim como a trazida pelo Alcebíades Costa Filho no século XIX, tendo se estendido até o século XX na zona rural piononense, dando ênfase aos povoados de Siriema e Necretó, que se encontravam estruturados nas décadas de 1960 e 1970.

Nossas análises apontam que os centros urbanos eram as que mais se beneficiavam com a instalação de escolas, fazendo com que os pais da zona rural contassem mais com o ensino alternativo, tal como vimos em Pio IX. Esse ensino era precário, se olharmos com a visão contemporânea, logo, precisamos olhar o recorte temporal estudado e entender que para o cenário piauiense da época essa era uma prática comum às zonas rurais, especialmente quando focamos nosso olhar para a zona rural piononense, nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, apesar de contar com métodos, ao nosso ver, tradicionalistas, preocupados em apenas ensinar a ler, escrever e contar, tais métodos eram eficazes para a estrutura social da época e a realidade vivenciada na zona rural de Pio IX, que não se encontrava muito desenvolvida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçarmos um panorama histórico acerca da educação escolar no Brasil percebemos que o ensino oficial foi instituído de forma gradual e frágil, com várias lacunas a preencher. Os interesses políticos sempre conduziram os rumos da educação em nosso país. No Brasil Colonial objetivava-se educar como maneira de introduzir o português e a doutrina cristã na cultura dos nativos da terra. O ler e escrever, embora importante, tinha a função principal de estreitar laços entre os colonos portugueses e os povos indígenas, no intuito de facilitar o processo de povoamento e, sobretudo, a inserir a cultura e religião portuguesa na vida dos índios.

Ainda assim, nesse período, a educação não se constituía como um sistema eficaz. Pelo contrário, o ensino continuava fazendo parte de um plano secundário na sociedade brasileira. É somente no Brasil Imperial que o ensino passa a ser visto como dever do Estado e direito dos cidadãos. De acordo com esse momento político, a educação deveria preparar a população para serem cidadãos votantes. Com isso, a educação passa a se constituir como um direito social, devendo fazer parte de um ordenamento normativo no Estado. Assim, a educação passa a ser dividida em níveis primário, secundário e superior de ensino, sendo destinada a uma pequena parcela da sociedade. Segundo os interesses do Estado, a educação reproduzia sua ideologia oficial, além de ser padroada, cujo ensinamento estava centrado na moral cristã e doutrina religiosa católica, que se configurava como religião oficial do Estado.

Foi no século XX que, após o advento da República, o Brasil começou a enxergar a educação como uma espécie de redentora dos males da sociedade. Contudo, a educação continuou não superando as diferenças de classe sociais, sendo de baixa qualidade e incapaz de assegurar sua unidade enquanto sistema escolar.

Ainda assim, é nesse período que importantes formas de ensino surgem em nossa sociedade, como é o caso dos Grupos Escolares, e o Estado passa a ser responsável pela estruturação física da educação. Porém, esses grupos escolares estavam, em sua grande maioria, localizados na zona urbana, prevalecendo assim um ensino bastante elitista. Dessa forma, boa parte da população jovem continuava analfabeta e as crianças das classes populares, embora agora obtivessem acesso à escola pública, continuavam excluídas do conhecimento, que não era igual para todos.

No Piauí, essa realidade educacional era vivida, sobretudo considerando que as escolas estavam, em sua maioria, restritas à zona urbana do estado. Além disso, as escolas primárias, muitas vezes se encontravam em péssimas condições e as escolas secundária estavam quase que

restritas a elite. Diante disso era comum que, principalmente na zona rural, o ensino fosse ministrado por escolas familiares. Estas eram formas alternativas de ensino, que consistiam em aulas ministradas no espaço doméstico, por familiares letrados ou mestres contratados. Essa forma de ensino tinha o objetivo de superar as lacunas deixadas pelo ensino oficial no estado e, principalmente, na zona rural. Isso porque o ensino oficial possuía pouco alcance social e era de baixa qualidade, com escolas distantes, localizadas nas cidades, enquanto a maior parte da população localizava-se na zona rural.

Nesse contexto, nossa pesquisa averiguou que Pio IX, no período estudado – entre as décadas de 1960 e 1970 – não fugia dessa forma de ensino piauiense. Muito pelo contrário, documentos escolares atestam a eminência do ensino oficial na zona urbana da cidade, assim como as memórias relatadas por nossos entrevistados evidenciam a predominância do ensino alternativo na zona rural de ensino, em decorrência, sobretudo, da grande distância percorrida para o acesso às escolas oficiais do Estado.

Assim, o sistema escolar piononense contava, sobretudo, com o ensino introduzido nas Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo e a Unidade Escolar Padre Ibiapina, ambas instituições de ensino público localizadas na zona urbana de Pio IX. Concomitantemente, os professores dessas referidas instituições, biografados em nosso trabalho, demonstram como as boas condições do ensino oficial estavam localizados nos grandes centros urbanos e restringidos à elite e/ou àqueles que tivessem melhores condições de dedicar-se ao processo de formação educacional, haja vista que estes moravam na zona urbana e dedicaram-se aos estudos, sobretudo, usufruindo de boas condições financeiras, que inclusive custeavam viagens para escolas em outras cidades em zonas urbanas.

Nossos entrevistados, por outro lado, revelam os esforços das pessoas localizadas na zona rural de Pio IX para fazer valer ao menos o ensino alternativo. Localizados longe de onde as escolas oficiais, que em geral encontravam-se na zona urbana de Pio IX, funcionavam e tendo suas rendas advindas sobretudo da economia de subsistência das roças, as famílias dos entrevistados não conseguiam usufruir do ensino oficial ofertado pelas escolas públicas. Com isso, muitos pais se esforçavam para contratarem mestres ambulantes, que muitas vezes nem mesmo possuíam a devida formação – leigos que sabiam as primeiras letras – para ensinarem seus filhos a aprenderem a ler e escreverem, focando principalmente na assinatura dos nomes. Se tratava de um ensino limitado, que não chegava a, de fato, alfabetizar, mas ajudava a instruir às crianças quanto às primeiras letras e demonstravam um grande esforço familiar para educar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Graciete Oliveira Felipe. **Aspectos históricos da educação do Piauí da colônia até os primórdios da república**. Piauí: Editora Realize, 2012.

ALVES, Samairkon Silva de Oliveira. **Docência (re) inventada: história e memória das professoras leigas na cidade de Picos no período de 1950 a 1980**. Monografia (Licenciatura em História). Picos: UFPI, 2011.

AMORIM, Hananiel de Souza. A implantação dos grupos escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Saberes**. Natal, v. 1, n.12, set. 2015, p. 208-224.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. SANTOS, Rosa Milena dos. Vitrine do ensino primário no início do século XX: os grupos escolares do Rio Grande do Norte em forma de celebração. **Crítica Histórica**. Rio Grande do Norte, ano VII, n. 16, dez. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. **Constituições brasileiras: 1824**. Brasília, 2001a. v. 1.

BRASIL. **Lei de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html>>. Acesso em: 21 jun. 2010c.

BRITO, Itamar Sousa; **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. SP: Contexto 2019.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização**. São Paulo, 1972. (Mimeog.)

CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães; Uberabinha, 1905-1922**. 2ed.Uberlândia: Edufu, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Maria do Carmo Rodrigues. **OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS: uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996**. Monografia (Licenciatura História). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-41, jan./jun., 2018.

DUARTE, Iasmin Bento. **As propostas de aulas no século XX**. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/64292092-As-propostas-de-aula-do-seculo-xx-objetivos-ao-nal-desta-aula-o-aluno-devera-conhecer-um-pouco-da-trajetoria-da-didatica-ate-o-inicio-do-seculo-xx.html><>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador João de Deus Pires Leal a 1º de junho de 1930**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiro. As transformações na educação piauiense na era Vargas. IN: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, Cortez, 2009.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2004

LOPES, Eliane Marta T; e GALVÃO, Ana Maia O; **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova. 1920 a 1947**. 2009. Dissertação Mestrado em Educação - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina, 2009.

NASCIMENTO, Antônio Jesus do. [67 anos]. **Depoimento concedido a Francisco das Chagas de Sousa**. Picos-PI, 22 mar. 2022. 1 arquivo áudio, 37 min.

O MAGISTÉRIO, **O Apóstolo**, Teresina, 30 jun.1907, p. 02.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História e Educação no Brasil**. 35. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

REIS, Amanda de Cássia Campos. **Visão Panorâmica da História da Educação no Piauí: do Período Colonial ao Período Imperial**. 2010. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_11_2010.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2016.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, Memória e Identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Teresina: UFPI, 2007.

SAVIANI, Dermeval et al (Orgs.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Vilmar da. O ensino primário no piauí na década de 1930. IN: ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3. **Anais...** Ceará: UFC, 2014.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos**. Teresina, 2009. Tese de Doutorado. 236f.

SOUSA, Jane Bezerra de; FILHO, Geraldo Inácio. Profissão docente no século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 187-199, jun. 2013.

SOUSA, José Antônio de. [72 anos]. [Março. 2022]. **Depoimento concedido a Francisco das Chagas de Sousa**. Picos-PI, 22 mar. 2022. 1 arquivo áudio, 39 min.

SOUSA, Marina Marculina de. [69 anos]. [Março. 2022]. **Depoimento concedido a Francisco das Chagas de Sousa**. Picos-PI, 22 mar. 2022. 1 arquivo áudio, 33 min.

SOUZA, Rosa Fátima de.; FILHO, Luciano Mendes de Faria. A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

PIAUHY, Governador, 1896-1900 (Raimundo Artur de Vasconcelos) **Mensagem apresentada à Câmara legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, em 1899**. Teresina: Piauhy, 1899.

PIAUHY, Diretoria da Instrução Pública. **Relatório da Instrução Pública apresentado pelo director Martins Napoleão em 1932**. Teresina, Caixa da instrução Pública, n.1, Arquivo Público do Estado do Piauí, 1932.p. 02. [manuscrito].

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da Escola Primária e da Infância no Brasil: os Grupos Escolares em Foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: **História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Mello e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997. 332-385 p.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e Sociedade Picoense: 1850 a 1930**. Teresina: EDUFPI, 2005.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. Dissertação (Mestrado Pós-Graduação em Educação). São Paulo: USP, 2008.

ANEXOS

Imagem 1: Decreto de funcionamento da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo.

CÓPIA AUTÊNTICA



"DECRETO Nº 15 - DE 25 DE JULHO DE 1960.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO
DO GINÁSIO MUNICIPAL "FRANCISCO SUASSUNA DE
MELO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIO IX, no usa das atribuições que lhe confere a Lei nº 547, de 30.01.1952, e em face da Lei Municipal nº 27, de 22 de Julho de 1960, decreta:-

Art.1º - O Ginásio Municipal "FRANCISCO SUASSUNA DE MELO" reorganizar-se-á, em sua organização interna, pelo REGIMENTO que com êste baixa, assinado pelo Secretário da Prefeitura.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Pio IX, 25 de Julho de 1960.

a) JOSÉ EDON MAIA ALENCAR - PREFEITO MUNICIPAL " " .

CONFERE COM O ORIGINAL.

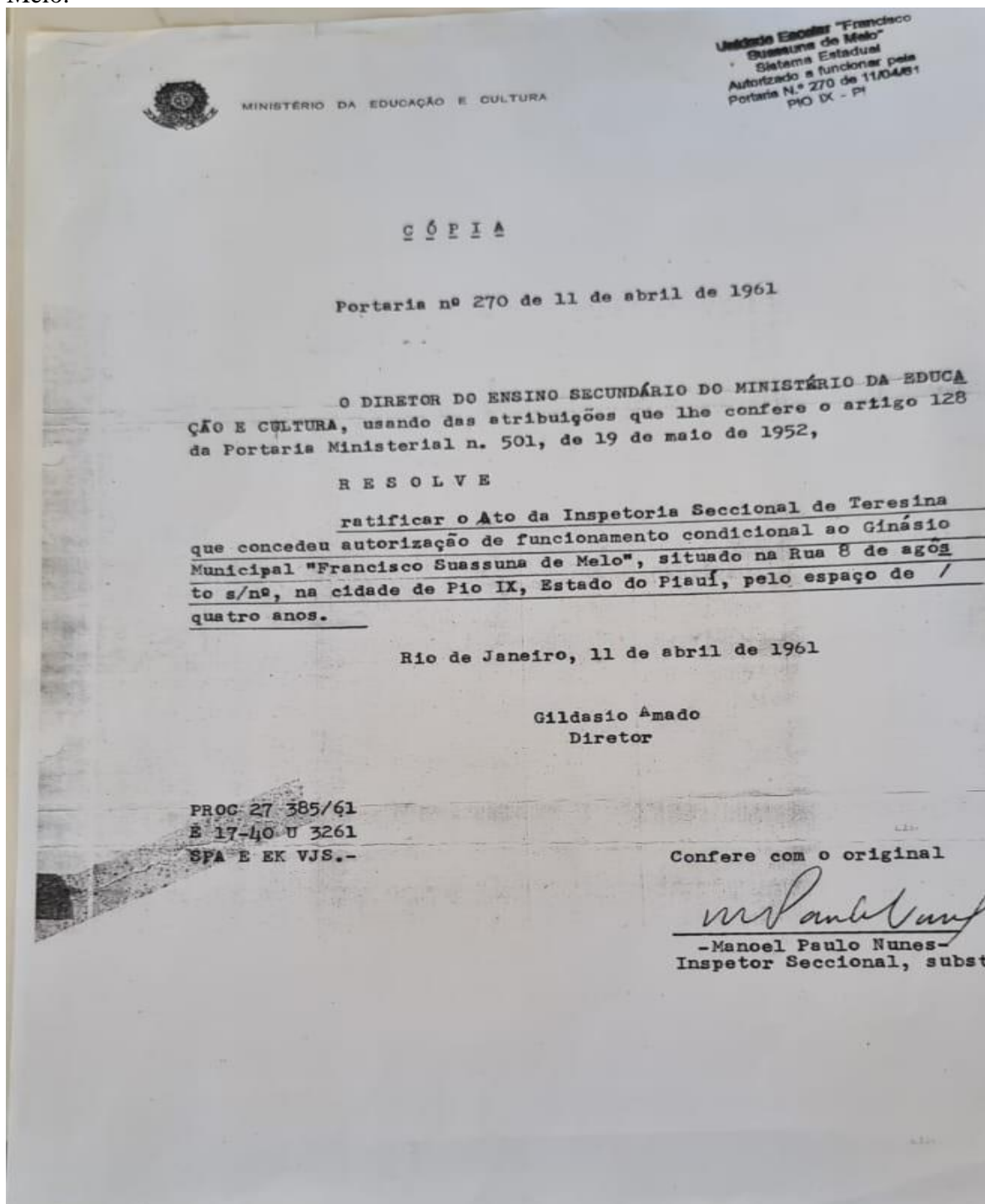
Em 28.02.961

Antonio de Alencar Veloso
Escr i tur a r i o

V I S T O :

José Edon Maia Alencar
PREFEITO MUNICIPAL

Imagem 2: Autorização para o funcionamento da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo.



Fonte: Acervo da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, 2022.

Imagem 3: História da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo.

O primeiro conjunto musical que foi contratado para tocar uma festa dançante em Pio IX, foi o "ILDERGADO", da cidade de Crato - Ceará. Tocou a festa de colação de grau da primeira turma o Ginásio "Francisco Suassuna de Melo", em 06 de janeiro de 1965.

A primeira turma concludente do Ginásio Francisco Suassuna de Melo foi a seguinte: Antônia Zuila de Sousa, Anléia Maria de Alencar, Benedito Bezerra de Alencar, Custódia Matutina de Alencar, Décio Antônio de Alencar, Elói de Alencar Bezerra, Francisco Alves de Oliveira, Geraldo Bezerra de Alencar, Geraldo Florêncio de Sousa, Inácio Bezerra de Alencar, Maria Dalva Lopes do Nascimento e Maria Tereza Maia.

Os primeiros professores do Ginásio Francisco Suassuna de Melo foram: Maria Aurivlnea Parente Cruz Alencar (Diretora e Professora), Graziela Maia Arrais, Maria Dalci de Oliveira Maia Arrais, Antônia Adenilde de Alencar Carvalho, Antonia Fortaleza do Nascimento Sousa, Iolanda Viana do Nascimento, José Odon Maia Alencar, Joaquim Arcoverde. O primeiro secretário foi José Hailton de Alencar.

A primeira quadrilha que houve em Pio IX foi promovida pelo Ginásio Francisco Suassuna de Melo, participada pelos professores e alunos do Ginásio e por outras pessoas da Cidade, cuja marcação foi feita pelo senhor João de Oliveira Alves. A partir dessa época (1961) a quadrilha passou a ser uma contradança tradicional em Pio IX.

O Ginásio "Francisco Suassuna de Melo" foi criado pela Lei Municipal Nº - 27, de 22 de julho de 1960, na administração do Prefeito Municipal Dr. José Odon Maia Alencar. Recebeu o nome de "Francisco Suassuna de Melo", em homenagem ao Mestre-Escola Francisco Suassuna de Melo, pai do Professor João Suassuna de Melo Sobrinho, o Apóstolo da Educação, como é conhecido no Pernambuco. O Mestre-Escola Francisco Suassuna de Melo prestou relevantes serviços à Educação, em Pio IX, sua terra natal.

No dia 16 de dezembro de 1999, às 19 horas, na Unidade Escolar "Francisco Suassuna de Melo", aconteceu o lançamento do livro "João Suassuna de Melo Sobrinho um Educador Exemplar", organizado pela escritora Lourdes Nicácio e Silva. Todos os presentes demonstraram muita satisfação.

Imagem 4: Primeiros professores e suas disciplinas da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo.

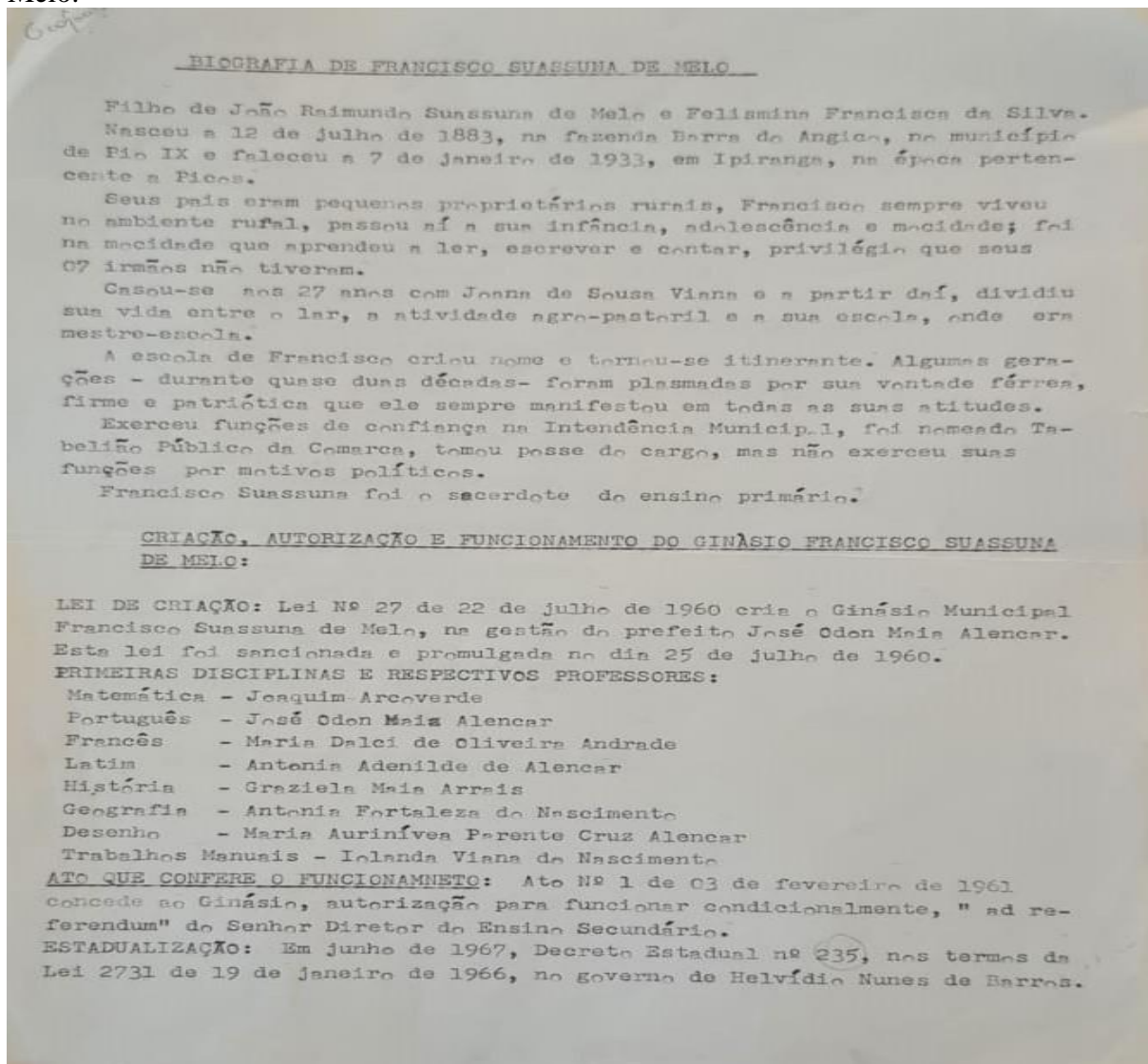
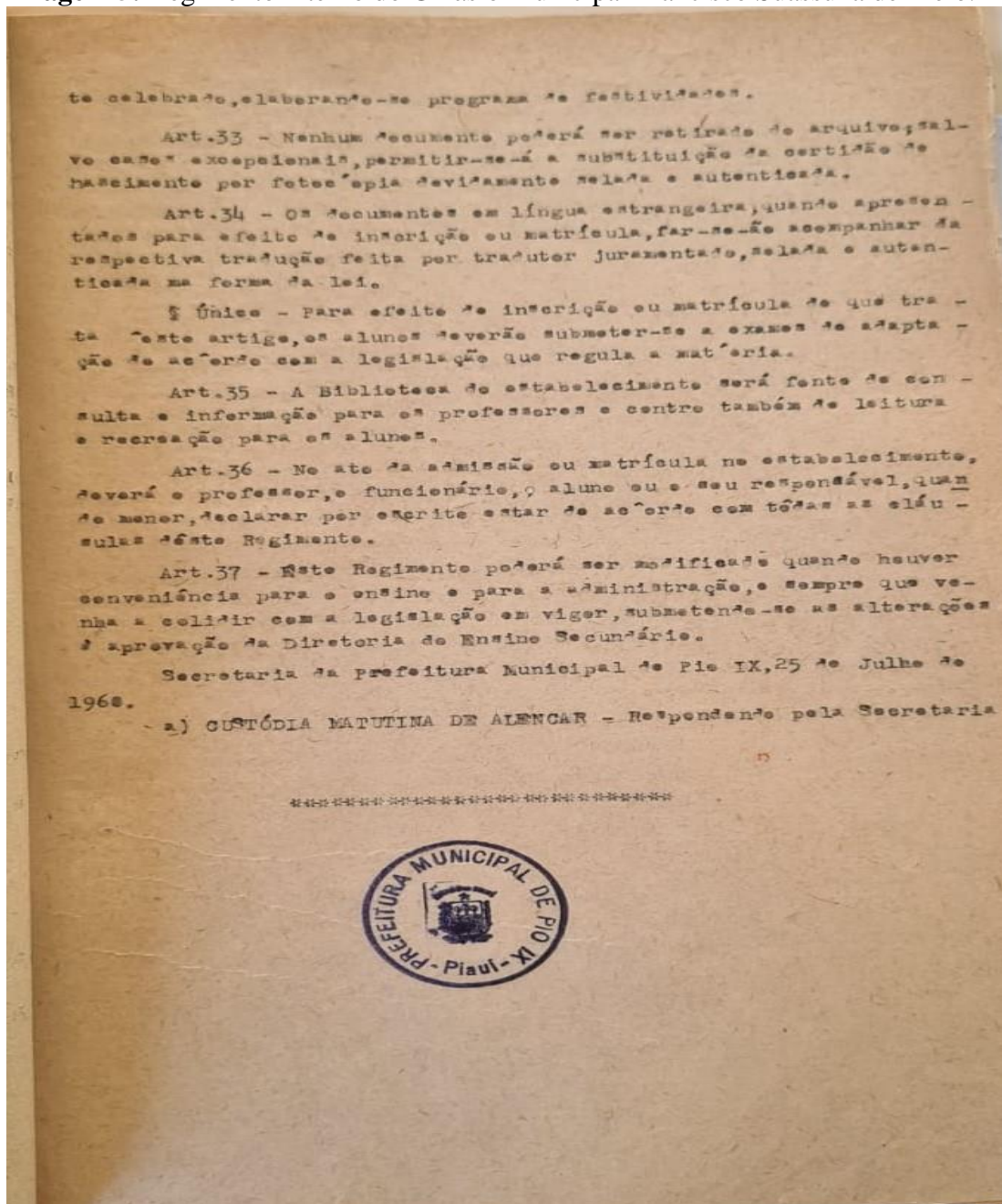
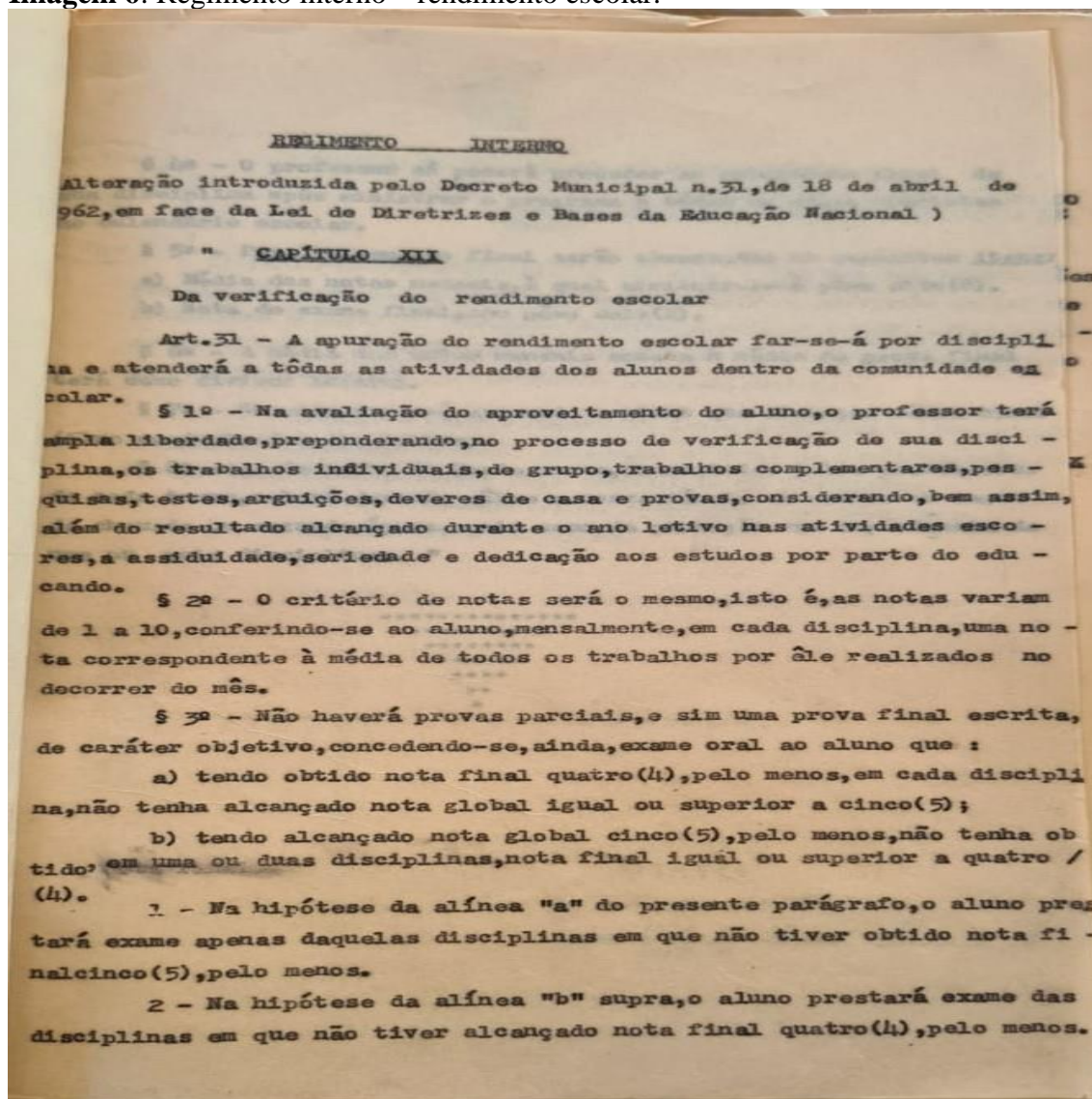


Imagem 5: Regimento interno do Ginásio Municipal Francisco Suassuna de Melo.




Fonte: Acervo da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, 2022.

Imagem 6: Regimento interno – rendimento escolar.



Fonte: Acervo da Unidade Escolar Francisco Suassuna de Melo, 2022.

Imagem 7: Cadastro de Pessoal Docente, Técnico e Administrativo.

Estado do Piauí			Secretaria da Educação			DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU			
Compléxio Escolar <i>de Pio IX</i>			Unidade Escolar <i>Pe. Ibiapino</i>						
Cadastro do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo									
Dados Pessoais	Nome	<i>Maria Níbia Bezerra de Alencar</i>			Estado civil	<i>Viúva</i>			
	Nasc.	<i>09/07/34</i>	Cidade	<i>Pio IX</i>		Estado	<i>Piauí</i>		
	Paí	<i>João Gomes de Alencar</i>			Nacionalidade	<i>Brasileira</i>			
P/ Estrang.	Mãe	<i>Alcides Maria Bezerra</i>			Nacionalidade	<i>Brasileira</i>			
	Cônjuge	<i>Fúlio Simões Filho</i>			Nº de Filhos	<i>28</i>			
DOCUMENTAÇÃO	Mudança de nome	<i>Maria Níbia Bezerra de Alencar Simões</i>							
	Endereço	<i>Rua Amizade de Abreu n.º 335</i>							
	Cart. Profissional	<i>57203</i>	Est. Emissor						
	Cart. Identidade nº	<i>171.222</i>	R.G.	<i>57203</i>	Série	Emissor			
	Cert. Reservista nº		Categoria		R.M.				
	Título de Eleitor nº	<i>14</i>	Zona		<i>29ª</i>				
	Atestado de antecedência exp. em								Emissor
	Sindicato de Filiação								C.P.F. <i>096010583 20</i>
	Data da chegada ao Brasil								Naturalizado
	Carteira de estrangeiro nº			Série		Emissor			
	Nacionalidade do cônjuge								Data da chegada ao Brasil
	Carteira de estrangeiro nº			Série		Emissor		Naturalizado	
	Informações sobre o Trabalho								
Admissão	Doc. autorização <i>Portaria n.º x-760</i>			Prorrogações			MATERIA(S) QUE LECIONA		
	Vigência contrato			Doc.			<i>Polivalentes</i>		
	Salário inicial Cr\$ <i>0,45</i>			Doc.			Venc.		
Situação Funcional	Data admissão <i>15.08.1953</i>			Regime trabalho <i>ativa</i>			Data dispensa		
	Cargo <i>Professora</i>			Função			Classe		
							Nível <i>IV</i>		

Fonte: Acervo da Unidade Escolar Padre Ibiapino, 2022.

Imagem 8: Chamada da 2º e 3º série da Unidade Escolar Padre Ibiapino.

<i>2ª e 3ª série do curso primário</i>																																
DIAS																																
15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Horas mat.	Instit.	Impulsão	Suplementar	Alm.	Impulsão	OBSERVAÇÕES									
C		C		C		C		C		C		C		C																		
C		C		C		C		C		C		C		C		10	26	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		8	24	2														
C		C		C		C		C		C		C		C		8	26	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		7	24	2														
C		C		C		C		C		C		C		C		8	13	13														
C		C		C		C		C		C		C		C		8	24	2														
C		C		C		C		C		C		C		C		7	14	12														
C		C		C		C		C		C		C		C		4	22	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		4	32	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		9	17	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		4	22	-														
																<i>172 114</i>																
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
C		C		C		C		C		C		C		C		26	-	-														
																230	30	-														

Fonte: Acervo da Unidade Escolar Padre Ibiapino, 2022.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA “JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
- Dissertação
- Monografia
- Artigo

Eu, **Francisco das Chagas de Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Os “Mestres Ambulantes” e a educação no Piauí: histórias e memórias das formas alternativas de educação escolar na zona rural da cidade de Pio IX-PI (décadas de 1960 e 1970) de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 26 de janeiro de 2023.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

Assinatura

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

Assinatura

